

Síntese

**Antropologia, Filosofia,
Geografia e História**

Ano III Número 8

Ficha Técnica

Coordenadores:	Prof. Doutor Hipólito Sengulane, dr. Jorge Jairoce e dr. Apolinário Malauene
Financiadores:	BLEgeografia/GAPDEC, FILDI e HIPOGEP
Título:	REVISTA SÍNTESE (Publicação Trimestral) 8ª Edição
Capa:	Sérgio Felisberto Zimba
Arranjo Gráfico:	Sérgio Felisberto Zimba
Impressão:	DINAME
Tiragem:	500 exemplares
Propriedade:	Faculdade de Ciências Sociais Rua Comandante Augusto Cardoso, nº 135,
Endereço:	Telef.: 21306711 Fax: 21306711
Email:	Revistasintese2006@yahoo.com.br
Registo:	DISP. REGº/GABINFO-DEC/2006

ÍNDICE

Editorial	4
Dossiers temáticos da área de Filosofia	4
Um outro olhar em torno da política económica do Banco Mundial em Moçambique	4
Elementos da Sociologia de Educação em Max Weber	9
A excursão geográfica na interface entre o quotidiano social do aluno e o processo de ensino-aprendizagem da Geografia	15
Dossiers temáticos de Geografia	15
O Ensino de Geografia em Moçambique: o real e o desejado	18
Situação actual da gestão dos resíduos sólidos municipais (GRSM) na cidade de Maputo.....	22
Dossiers temáticos de História	34
África: tempos e histórias silenciadas	34
História social e o ensino de história local em Moçambique	39
Alguns subsídios para o conhecimento administrativo do distrito de Manica e Sofala, por regulados, nos princípios da década de setenta	43
Colaboração	46
Elementos curriculares considerados essenciais na elaboração dum currículo local	46

NOTA DE ABERTURA

A Revista Síntese nº 8, constitui mais um passo na produção científica da Faculdade de Ciências Sociais. Como é sua vocação publica neste número artigos dos departamentos de Antropologia, Filosofia, Geografia e História.

Neste número são apresentados os seguintes artigos: do ramo da Antropologia “*Ecologia social e história: fundamentos para discursos e práticas etnocêntricas e formação da multiplicidade cultural em Moçambique*”, do docente Martinho Pedro e “*O monte Unango e a origem das terras tradicionais dos régulos Calange, Nampana e Chipango*”, do docente José Alberto Raimundo; da área de Filosofia “*Aporias da crise da moral em Moçambique*”, do

docente Mário Alberto Viegas; da área da Geografia “*Os meios de ensino de Geografia: sua contribuição para o desenvolvimento de actividades dos alunos na sala de aulas*”, da professora Maria Verónica Francisco Mapatse, “*Impacto Sócio – Económico da Actividade Turística em Mocambique: o caso da Ilha de Inhaca (2000-2004)*”, do docente Dário Manuel Isidoro Chundo; e do ramo da História “*Política e sistemas de administração colonial em África*”, do docente Carlos Mussa, “*Alguns subsídios sobre a evolução político-administrativa do território sob administração da Companhia de Moçambique, 1892-1933*”, do professor Filipe Pitrosse. ■

NOVA PUBLICAÇÃO

O Departamento de Geografia publicou o livro “*Tendências de Pesquisa a Geografia. Os trabalhos de conclusão de curso na Universidade Pedagógica, 1989-2007*”, da autoria de Stela Cristina Mithá Duarte, Sabil Mandala e Dário Chundo. ■

NOMEAÇÕES

Foi nomeado para Chefe de Departamento de Geografia o dr Apolinário Joaquim Malauene, em substituição do Mestre José Júlio Júnior Guambe. ■

SEMINÁRIOS

A Faculdade de Ciências Sociais realizou nos dias 27 e 28 de Agosto de 2009 o seu Seminário Nacional na aprazível estância turística “Retiro da Catembe Lodge”. O evento contou com a presença da Direcção da Faculdade, Chefes de Departamentos da UP-sede, Chefes de Departamentos de Ciências Sociais das delegações (Gaza, Massinga, Beira, Quelimane, Nampula e Niassa) e docentes de Antropologia, Filosofia, Geografia e História. O evento tinha como lema “Renovar conhecimentos

NOVAS GRADUAÇÕES

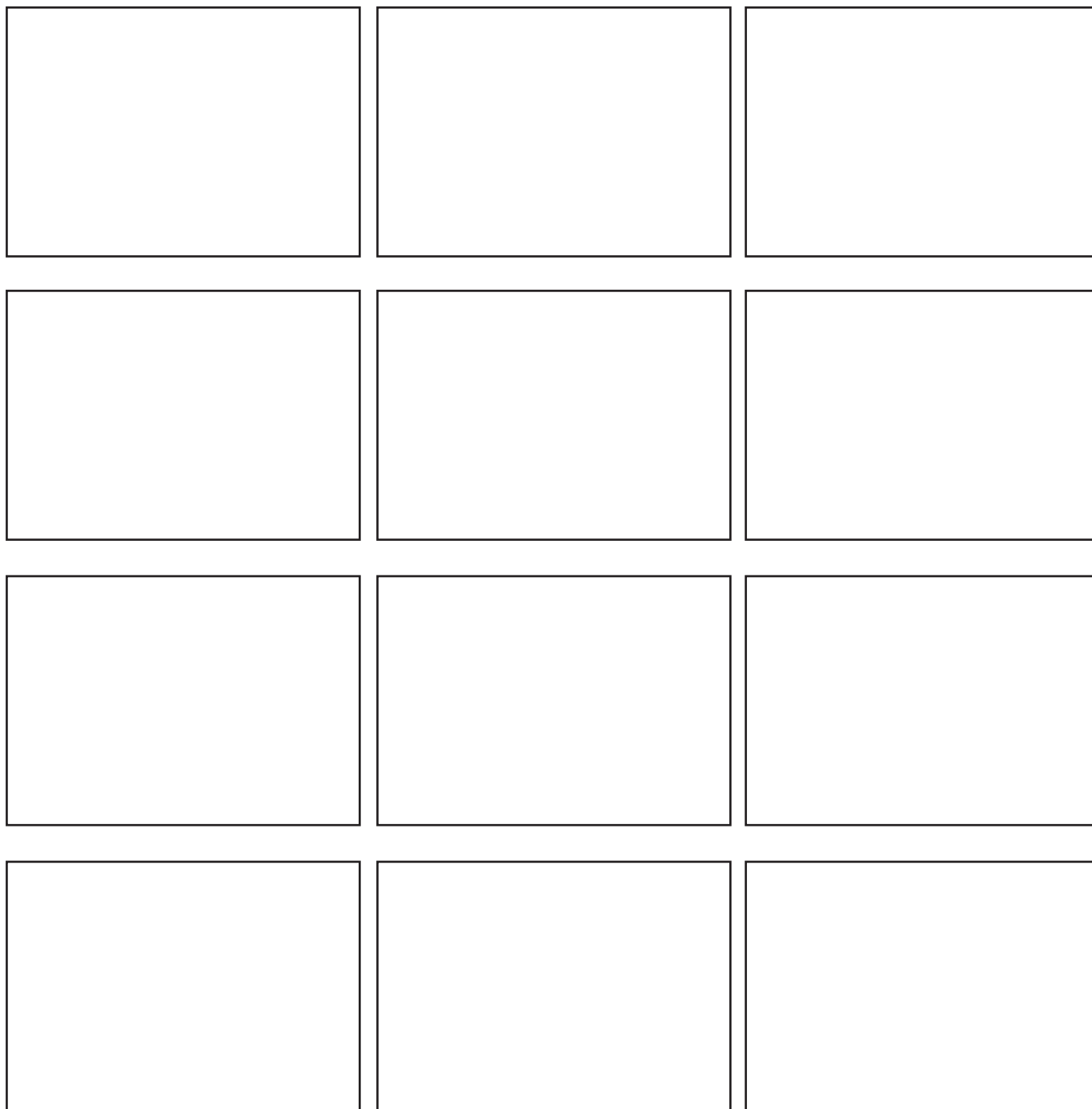
Concluiu o seu grau de Doutoramento em Antropologia, pela Universidade de Paris 8, França, o docente José Alberto Raimundo, do Departamento de História.

Concluiu o seu grau de Mestrado em Geomática e Avaliação de Recursos Naturais, pela Universidade de Florença, Instituto Agronómico para o Ultramar, Itália. ■

de docência no Ensino Superior”. Sob este mote discutiram-se os temas: “Metodologia do Ensino Superior” e “Avaliação no Ensino Superior”, temáticas que foram apresentadas e moderadas pelas Professoras Doutoradas Rachael Thompson e Stela Cristina Mithá Duarte. A par destes temas centrais foi apresentado o relatório das actividades do 1º Semestre pelo Director da Faculdade e pelos Chefes de Departamentos de Ciências Sociais das delegações. Foram também abordados temas ligados com a Reforma Curricular em curso e preparação das jornadas científicas que se aproximam.

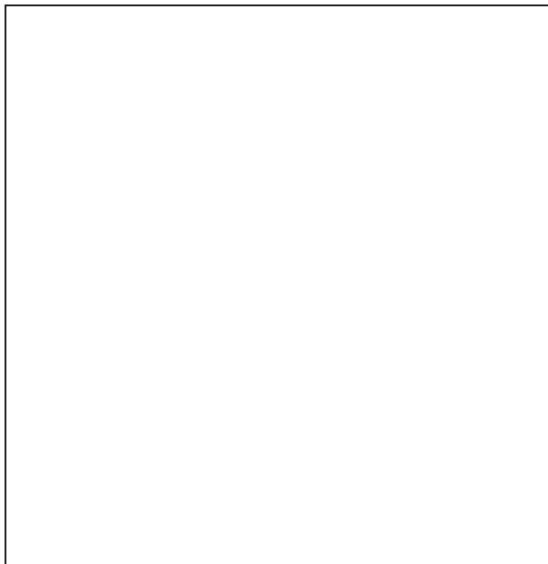
Confira a seguir as imagens em momento de trabalho e de lazer: ■

Imagens em momento de trabalho e de lazer



No intervalo (Fotos)

Reflexões sobre a Metodologia do Ensino Superior



Por Prof^ª Doutora Rachael Thompson¹

Introdução

Geralmente identificamos o docente do ensino superior através da sua área de formação específica de leccionação. A maioria dos professores universitários têm dificuldades de se assumirem como docentes na verdadeira acepção da palavra. Porém, no mundo inteiro, nestes últimos anos a formação de docentes para o ensino superior tem sido motivo de muitas discussões no sentido de se estabelecer o seu papel de formador, a sua posição na mediação do processo de ensino-aprendizagem e a importância das suas acções no desenvolvimento da sociedade.

A educação do séc. XXI, consubstanciada pela UNESCO na *Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI, de 1998*, deve apresentar uma nova dinâmica do processo de ensino-aprendizagem demonstrando a actualidade do debate sobre a competência pedagógica e a docência no ensino superior (Masetto, 1998, p. 15).

Assim, para a nossa reflexão sobre a Metodologia do Ensino Superior trago alguns conceitos que nos servirão de base:

- a) **Metodologia de Ensino-Aprendizagem:** Sistematização e racionalização do ensino mediante métodos e técnicas que visam orientar a aprendizagem do estudante;
- b) **Didáctica:** uma das ciências pedagógicas, cujo objecto de estudo é o processo de ensino-aprendizagem nas suas múltiplas formas.
- c) **Pedagogia:** Teoria e ciência da educação e do ensino. Conjunto de doutrinas, princípios e métodos da educação. Estudo do desenvolvimento da criança e dos meios mais eficientes de educá-la em função dos fins estabelecidos em cada sociedade.
- d) **Andragogia:** Educação de adultos. Educação contínua, ao longo de toda a vida. Teoria da formação permanente do homem.

Algumas idéias básicas sobre a Metodologia do Ensino Superior

Existe uma relação estreita entre a qualidade de ensino universitário e o trabalho docente realizado na sala de aula. Segundo Libâneo (1998),

“o núcleo de uma instituição universitária é a qualidade e eficácia dos processos de ensino e aprendizagem que, alimentados pela pesquisa, promovem melhores resultados de aprendizagem dos alunos. Ou seja, a universidade existe para que os alunos aprendam conceitos, teorias; desenvolvam capacidades e habilidades; formem atitudes e valores e se realizem como profissionais-cidadãos. É para isso que são formulados os projetos pedagógicos, os planos de ensino, os currículos, os processos de avaliação.”

É neste sentido que o foco principal da prática docente é a aprendizagem do estudante, resultante da sua actividade intelectual e prática. A aprendizagem universitária deve estar sempre associada à capacidade de aprender a pensar melhor, aplicando o aprendido a outras situações criando sempre oportunidades para a aprendizagem permanente e ter sempre em conta que aprender é muito mais do que apenas absorver

¹Prof. Doutra Rachael E. Thompson Docente da Faculdade de Ciências Sociais- Departamento de Geografia.

o que é ensinado.

A metodologia de ensino não diz respeito apenas às técnicas de ensino, mas também à maneira como o docente consegue que os seus estudantes utilizem correctamente os instrumentos conceptuais e os processos de pesquisa da ciência que ensina, pois ensinar é muito mais que transmitir informação!

No processo de ensino-aprendizagem o docente deve saber comunicar com eficiência com os seus estudantes. Isto quer dizer, entre outras coisas, que explicar algo que foi fácil para si, como docente entender, não será necessariamente fácil para os seus estudantes entendê-lo em igual medida.

Por outro lado, é necessário que os seus estudantes desenvolvam habilidades analíticas. Para tal deve concorrer a capacidade do docente de ajudar os seus estudantes a resolverem um problema difícil, mais do que ele, próprio, resolvê-lo completamente para eles. Ainda no domínio do ensino e aprendizagem o docente deve procurar sempre promover o auto-estudo e a interacção entre os estudantes. Esta prática tem sido negligenciada, o que é comprovado pelos relatos que se tem vindo a ouvir nos últimos tempos dos próprios estudantes da nossa Faculdade. Deve-se ter sempre presente que ser capaz de trabalhar independentemente e, mais ainda, com outras pessoas são habilidades muito importantes no mundo moderno!

Interagir no processo de ensino-aprendizagem com alegria, divertindo-se a si e aos seus estudantes ensinando, é extremamente útil para se conseguir bons resultados de aprendizagem. Porque abordar com bom humor o que está a ser ensinado/mediado favorece a aprendizagem pretendida.

Por fim, recomenda-se ainda aos docentes a justeza na avaliação dos estudantes, o que só é possível com uma atitude positiva para com eles.

Considerações finais

Deve haver uma preocupação na docência a nível da educação superior e, na nossa instituição em particular, no mediar o processo por forma a que os estudantes aprendam a aprender e sejam capazes de tomar iniciativas. É imprescindível que os docentes não sejam apenas fontes de transmissão de conhecimentos e também que se dinamizem a pesquisa e a extensão para melhorar as habilidades pedagógicas dos mesmos.

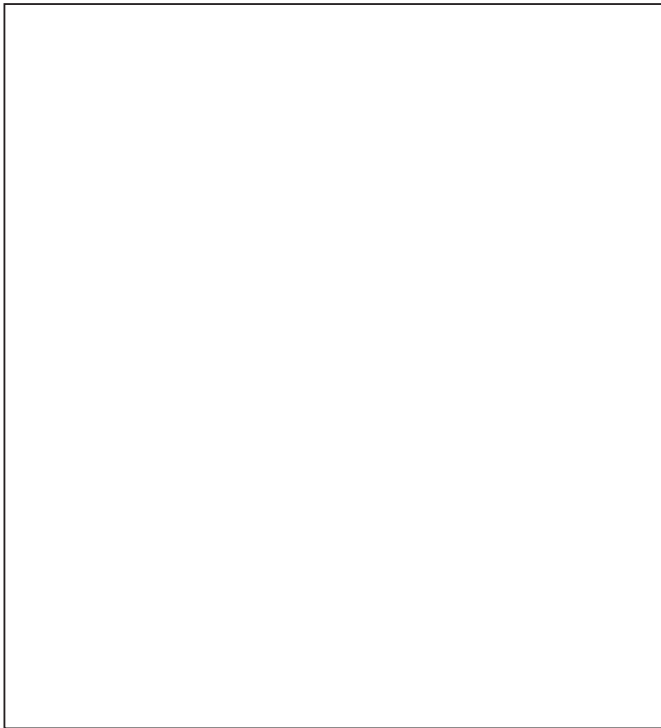
Questões para discussão:

1. Em termos de metodologia de ensino-aprendizagem o que os distingue o Ensino Superior dos outros níveis de ensino?
2. Quais são os métodos de ensino-aprendizagem mais característicos para o Ensino Superior e como aplicá-los nas nossas condições?

Bibliografia

- LIBÂNEO, J. C.** Educação: Pedagogia e Didática – o campo investigativo da pedagogia e da didática no Brasil: esboço histórico e busca de identidade. In: PIMENTA, S. G. (org.). *Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1998
- MASETTO, M. T.** (Org.) *Docência na Universidade*. S. Paulo: Papirus, 1998
- MORIN, E.** *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2ª Ed. S. Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000
- ZABALZA, M. A.** *O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas*. Porto Alegre: Artmed. 2004

Avaliação da aprendizagem na Universidade Pedagógica



Prof^a Doutora Stela Cristina Mithá Duarte²

Básico (EB) e no Ensino Secundário Geral (ESG); (III) análise das actuais práticas avaliativas na UP, conclusões e bibliografia.

Sobre as gerações e paradigmas da avaliação, a maioria dos participantes considerou que a avaliação que se pratica na UP ainda está muito associada à medida e que o paradigma que prevalece é o da objectividade, uma vez que se avaliam mais conhecimentos, recorrendo-se a testes escritos.

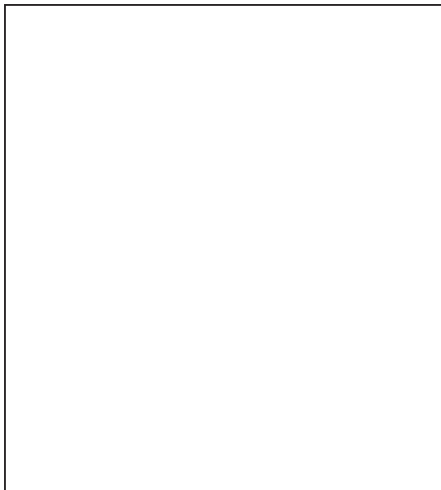
Quanto ao EB e ESG, verificaram-se importantes inovações, respectivamente a promoção semi-automática e a avaliação de competências, que exigem um novo olhar para a avaliação. Os docentes reconheceram que servem de referência para os seus estudantes, uma vez que a UP forma professores, daí que tenham responsabilidades acrescidas nas suas práticas avaliativas, ou seja, as mesmas têm efeito nos outros níveis de ensino.

Discutindo aspectos do Regulamento Académico da UP, valorizou-se o facto de nele constar as notas ponderadas ao fim do semestre, assim como o peso que é atribuído à média de frequência (75%), superior ao peso da nota de exame (25%), isto para efeitos da classificação numa disciplina. Quanto aos depoimentos, verificou-se que os mestrandos viveram experiências positivas na avaliação, ligadas à negociação, diálogo, transparência. Mas as experiências negativas acabam sendo superiores às positivas e estas estão relacionadas a avaliações arbitrárias, uso excessivo de memorização e testes, problemas de ética profissional, entre outros.

Concluiu-se que as nossas práticas são ainda tradicionais e inadequadas, embora se visualizem alguns sinais de mudança. Recomendou-se que é necessário resgatar as boas práticas e dissimilá-las; melhorar a forma como é concebida a avaliação nos programas temáticos; praticar avaliação formativa, contínua, integral, inclusiva; diversificar as formas de avaliação e apoiar os docentes na mudança, para que se instale uma nova cultura avaliativa na UP.

DOSSIERS TEMÁTICOS DE ANTROPOLOGIA

Ecologia Social e História: fundamentos para discursos e práticas etnocêntricas e formação da multiplicidade cultural em Moçambique



Martinho Pedro¹

A Antropologia como Ciência sistematiza-se, a par de muitas Ciências Sociais, a partir do Século XIX. Contudo, mesmo provando-se que a ela foi desenvolvida em oposição à Sociologia, para estudar realidades exógenas, baseando-se em pressupostos histórico e geográfico, reconhece-se que as práticas e discursos etnocêntricos primaram sobre a institucionalização da Antropologia como ciência. De facto, longe das construções etnográficas conduzidas no momento da sistematização da Antropologia como um ramo específico do conhecimento científico e de ser identificada como uma filosofia de acção colonial da Europa oitocentista, marcada pela matriz evolucionista, desenvolveram-se processos sociais, moldados pela Geografia Humana e por processos históricos locais e regionais, que se constituíram como fundamentos de discursos e práticas etnocêntricas, bem como de construção de identidades específicas. Assim, longe dos processos da construção do outro, de processos identitários e estereotipados ou, no geral, etnocêntricos, terem sido usados no âmbito da colonização moderna europeia,

O presente ensaio procura demonstrar que, apesar da Antropologia ter se evidenciado como disciplina ligada ao processo colonial da Europa Oitocentista, o discurso e prática de carácter etnocêntricos manifestaram-se por processos endógenos, tendo estado por detrás da formação de realidades identitárias, cuja afirmação subsequente modelou a multiplicidade cultural em Moçambique, mesmo antes da chegada do Europeu.

fundamentalmente no contexto da Antropologia Aplicada, os mesmos foram desenvolvidos em Moçambique, quer por processos endógenos ou no âmbito de contactos que esta região teve com os povos que para aqui convergiram até ao século XIX.

Essa realidade emerge, em parte, da necessidade de apreensão da realidade, em função das categorias mais salientes, ou como um processo de simplificação e sistematização da informação, fundamentalmente por comparação social, que exagerando as diferenças no interior de uma mesma categoria de elementos identificatórios, permitindo no favorecimento ao grupo de referência ou, simplesmente, na formação de estereótipos. A este nível podem ser enquadrados todos os aspectos que Mercier enquadra-os na Pré-História da Antropologia (Mello), na Antropologia reflexiva de Batalha (2004) ou simplesmente do período da Antropologia Expontânea. Nesta vertente, discursos e práticas antropológicas tinham sido usadas mesmo dentro da Europa, pela Grécia e Roma, principalmente nas suas dominações coloniais, opondo, por exemplo, o civilizado ao bárbaro, cujas evidências são transmitidas pela história.

Processos, discursos e práticas para a construção da alteridade em Moçambique antes da emergência de uma Antropologia Científica

Tudo leva a crer que as primeiras construções da alteridade e as fundamentações etnocêntricas no

¹Docente de Antropologias e História Económica, afecto ao Departamento de História e Antropologia. Exerce a função de Director-Adjunto da Faculdade de Ciências Sociais. É Mestrado em História pela Universidade de Poitiers, França.

território que mais tarde seria Moçambique, e não só, foram demarcadas em função das especificidades ecológicas dominantes, ligadas à grupos específicos, pelas quais os outros grupos homólogos ou não, ocupando regiões distintas, ressaltavam à vista, à ponto de condicionarem a formulação de elementos identificatórios e que, a partir do momento em que elas foram assumidas pelos respectivos grupos, deram origem à especificidades identitárias. A título de exemplo, práticas espontâneas existiram entre os povos das florestas e das savanas, por um lado, dos planaltos e das planícies, por outro lado, dos solos avermelhados e lodosos, etc. Nesse caso, as diferenças que resultavam da geografia/território ter-se-ão constituído como fundamento dos primeiros epónimos e das primeiras identidades, longe dos etnónimos e topónimos construídos mais tardiamente. De facto, algumas tradições indicam a presença de elementos identitários usados, sem nenhum sentido pejorativo, como o que passou a existir com a colonização europeia moderna. Entre os macuas existiram desde tempos remotos, termos como *amihavani* (os dos solos ásperos ou areníticos); *amoconi* (os das zonas altas), *ananhattu* (os que trazem ou fabricam (?) instrumentos de ferro/cobre. A busca da origem de alguns topónimos, alguns com algum indício de corrupção, leva a crer que essa prática foi comum entre outros grupos sociais. É opinião assente de que estes epónimos são reminiscências dessa realidade identitária, forjada em função das especificidades geográficas. Essa realidade seria acrescida e reforçada pelas diferentes vivências internas de cada um dos grupos sociais, que capitalizando características dadas como peculiares, foram moldando diferentes realidades sociais, mesmo que, à primeira vista, tais diferenças não fossem tangíveis. Nesse sentido Bernardi (1970) aponta que as manifestações humanas

“(...) especificam-se e diversificam-se segundo a variedade e a diversidade das situações ambientais [dado que] o conjunto dos elementos que formam o ambiente natural onde o homem tem de viver não só se configura externamente na paisagem e no clima mas encontra correspondência nos modos de residência (...)”(364).

Os processos migratórios regionais e locais jogaram algum protagonismo na formação de elementos e processos identitários. Por exemplo, no sul de Moçambique, os povos pré-sutho, que dos

planaltos interiores (Phalaborwa) migraram em direcção à costa, condicionaram a individualização do grupo populacional inicialmente fixado durante a primeira expansão bantu entre Inharrime e o Limpopo, dando mais tarde origem aos Chopi.

Se a história revela-nos que os primórdios da expansão Bantu tiveram uma fraca diferenciação, por exemplo, da olaria, o processo da ocupação de territórios diferenciados e o início da adaptação aos diferentes ambientes, por um lado, e ao início de processos históricos diferenciados, por outro lado, veio a dar origem a cristalização de especificações e tipificações culturais de origem endógena na África Austral e, conseqüentemente em Moçambique. Estas, por sua vez, viriam a engendrar o carácter restritivo da cultura, cujos traços partilhados pelos respectivos membros foram sinónimo da formação de uma identidade grupal. Em consequência, os traços distintivos que inicialmente eram comuns entre os Bantu, que poderiam ser considerados como os micro-universais culturais deste complexo cultural dominante no Hemisfério Sul do continente africano, ao se particularizarem tornaram-se o embrião da diversidade cultural e, em consequência, fundamento da multiplicidade cultural. Ao menos, mesmo que as práticas fossem da mesma matriz, o facto da sua manifestação ser praticamente diferenciada nos diferentes ambientes sócio-geográficos, dão azo hoje para formular a formação das diferentes áreas culturais ou às diferentes co-tradições dos arqueólogos norte americanos (Titiev, 2002). Por outras palavras, a individualização seria o fundamento da diversidade/multiplicidade cultural em Moçambique.

As práticas espontâneas anteriormente apontadas, como as que resultavam da atribuição de nomes aos povos vizinhos, homólogos ou não, ao terem sido aplicadas em função dos valores endógenos, próximos, conhecidos, por isso de referência, constituir-se-iam em fundamentos de práticas etnocêntricas, em virtude de ser esta a via de manifestação das mesmas. De facto, a partir do momento em que as pessoas passaram a usar seus atributos para formularem os juízos de valor, usarem os seus valores como os mais correctos ou mais representativos, como por exemplo, as particularidades da planície concebidas como as melhores que as do planalto, é capitalizado o discurso

etnocêntrico. Ao mesmo tempo é construída a alteridade, isto é, o outro, fundamento-chave de toda a prática etnocêntrica.

O outro fundamento da construção do outro circunscreveu-se no momento em que a zona Sudeste da África, fundamentalmente o *continuum* costeiro, ficou agregada ao comércio oceaníndico ocidental. A emergência de termos com “*ard e Bilad al Sufala*” e de *Zanj* ou *Zendj* (Serra, 2000:25 e Joudin e Desanges, 1989:235) constituem as primeiras evidências deste discurso produzido pelos outros em relação ao africano, muito antes da colonização europeia. Estes termos ao serem aplicados para um conjunto territorial e social trazem, ao mesmo tempo, não só uma prática etnocêntrica, já que elas eram formuladas pelo grupo exógeno então a circunscrever-se no território, (neste caso os árabes), mas, também, definem estereótipos. A estereotipia, que devia ser perpetuada pela catalogação da zona com aquela toponímia e etnonímia, pela qual devia ser conhecida por aquele grupo, simplificava toda a zona costeira oriental da África, homogeneizando-a, pese embora hoje se saiba que ela era ocupada por diferentes grupos sócio-culturais.

A ocupação da zona costeira e a formação de um *continuum* costeiro, com fundamentos de carís sócio-culturais e territoriais: a mesma religião, línguas aproximadas, o seu contacto directo com o mar e, conseqüentemente, a exploração do ambiente marinho, em contraposição ao ambiente continental, dominado pela floresta, marcado por particularidades locais, condicionou a formulação de diferentes referenciais identitários entre os da costa e os do interior.

A cosmogonia passou a estar aliada à um desses dois meios geográficos. Mas, por outro, houve a cristalização das diferenças culturais, endogenamente construídas, principalmente pelos povos costeiros, que passaram a considerar os do interior como os primitivos. A este propósito, Medeiros aponta que

“Com o progresso da conversão ao islão das populações moçambicanas ribeirinhas do Índico, que passaram a ser designadas (ou designaram-se?), entre Pebane e Memba, por “Macas”, o processo de escravização para ao comércio internacional não teminou mas passou a ser feito nas terras cada vez afastadas do mar, à medida que se iam modificando as fronteiras dos territórios “pagãos”, pois o islão só

admitia que fossem capturados escravos, pela força, entre os não-muçulmanos (1988:12-13).

Assim, com a islamização, há formação de um *continuum* costeiro: oposição costa interior. Surgem processos de etnicização endógena, já que as impregnações sociais que existiram junto à costa condicionaram, de certa maneira, o processo de fusão cultural e de (re)interpretação dos traços em comunhão (Bantu e Árabo-Swahili), conduzindo, em contrapartida, a formação de uma identidade costeira. Deste momento, como resultado da absorção do islamismo e da definição de uma identidade costeira, baseada fundamentalmente na religião islâmica, condicionou a formulação do outro (que devia ser geográfico, isto é, situado fora da costa). Mas ao mesmo tempo forja-se um outro histórico, a partir da transposição do património cultural (espiritual e material) recebido do exterior, como fundamento de posicionamento de um diapasão de desenvolvimento, e por isso temporal, entre a costa e o interior. O mesmo pode ser dito na relação entre os bitongas e os povos do interior ou de outras realidades culturais em contraposição. Assim, a primazia na integração de novos traços exógenos e a sua (re)interpretação local desses elementos culturais ora integrados conduziu, em contrapartida, na colocação dos mesmos em posições superiores. Esta realidade explica a emergência de uma clivagem étnica que ocorreu entre certos grupos inicialmente concebidos como únicos, muitas das vezes, apenas pela simples ênfase de uma marca dialectal, isto é, ocorre a exacerbação de diferenças culturalmente construídas. Contudo, nem sempre essas identidades construídas resultaram apenas da inércia proveniente dos ditames de elementos culturais externos, na medida em que os grupos culturais contactados localmente, ao terem se posicionando ao nível de grupos complementares e considerando-se, à este nível, como sociedades simétricas àquelas exógenas presentes no seu território, possibilitou a manutenção de referenciais identitários dos grupos culturais endógenos.

Já a partir do século XVI, o primeiro grande impacto viria situar-se no vale do Zambeze, pelo entrosamento dos aspectos culturais luso-goeses e dos nativos, fomentado principalmente pelos poucos prazeiros do sexo masculino que aí se fixaram, como

estratégia para se fazerem aceitar no meio endógeno. O processo de indigenização (adopção de práticas locais, como títulos, formas de casamentos, etc.), parece ter se integrado nesse jogo de alianças que permitiu o surgimento de confluências culturais no Baixo Zambeze e a formação do complexo do Zambeze. Nele parece ter entrado em cruzamento as línguas/sistemas culturais das duas margens do grande rio (direita Shona e esquerda Macua², bem como dos empréstimos portugueses. Entretanto, fora dos rios do Cuama, parece ter ocorrido o mesmo fenómeno que ocorrera no contacto com os Árabes, em que o carácter simétrico de relações parece ter ditado a fraca influência dos portugueses sobre as culturas marginais.

O tráfico de escravos e a emergência de realidades à ele ligados, foi também um dos fundamentos para a ampliação de referenciais identitários entre os grupos sociais de Moçambique. Estudos indicam que com a grande instabilidade ocorrida nas zonas atingidas por aquele tráfico condicionou a emergência de bolsas de pessoas refugiadas. Parte dessas pessoas perdiam a sua identidade inicial ou individualizavam-se, formando novas identidades. Alguns ficaram sem estarem ligados à grupos normalmente identificados com determinados territórios, como os sem clã (entre os Macuas existem os sem *nihimo*). Por outro, o aumento de comerciantes e a grande instabilidade ocorrida no interior atingido pela demanda mercantil parece ter também condicionado a emergência de certas identidades à volta de pessoas mais influentes, quer como estratégia de auto-defesa, quer para responder a demanda dos outros povos. As diferentes unidades territoriais dos séculos XVIII e XIX, que mais tarde foram catalogadas por tribos, resultaram desse processo de individualização ocorrida no interior de comunidades anteriormente homogêneas (Medeiros 1984:6, Medeiros, 1988:39).

O século XIX é ainda marcado por dois factores e processos que condicionaram a reestruturação sócio-cultural em Moçambique. Por um lado, a ressurreição muçulmana, controlada a partir de Zanzibar, que terá

sido determinante para a efectiva cristalização de um sistema cultural costeiro até aí em formação, principalmente quando os processos sociais passaram a gravitar à volta de alguns reinos estabelecidos, como os Xeicados e Sultanatos costeiros. Por outro lado, encontramos uma nova estruturação vinda do interior da África Austral, ligada ao M'fecane, que, por um lado, foi responsável pelo surgimento de um *continuum* cultural tsonga a sul do rio Save e, por outro lado, condicionou a emergência de algumas “bolsas” isoladas, como o caso dos Angonis de Tete.

Estas múltiplas compenetrações influenciaram os dois lados da cultura, como a construção ou representações materiais ou genericamente a produção material, para além da adopção de universos de representações e das cosmogonias, do sentido de vida, bem como condicionaram reinterpretções dos anteriores estágios culturais. O mesmo processo permitiu também uma homogeneização ou uma pluralização dos etnemas sociais em Moçambique que, de certa maneira, permitiram a aproximação das diferentes realidades sociais construídas ao longo da história.

BIBLIOGRAFIA

- MEDEIROS**, Eduardo. *As etapas mais marcantes do comércio de escravos e o aumento da escravatura doméstica na formação social Macua-meto, entre 1850 e 1910. Notas para um debate I*. Maputo, FL/DAA, 1984.
- MEDEIROS**, Eduardo. *As etapas da escravatura no norte de Moçambique*. Maputo, UEM, 1988.
- DU JOUDIN**, Michel Mollat e **DESANGES**, Jehan. *As rotas Milenares*. Lisboa, Edições Inapa, 1989.
- SERRA**, Carlos (Dir.). *História de Moçambique. Parte I – Primeiras Sociedades Sedentárias*. Maputo, Imprensa Universitária, 2000.
- Pereira**, Luís Filipe « *A dinâmica das transformações no espaço da Província de Nampula* », site:

o monte unango e a origem das terras tradicionais dos régulos calange, nampanda e chipango



José Alberto Raimundo³

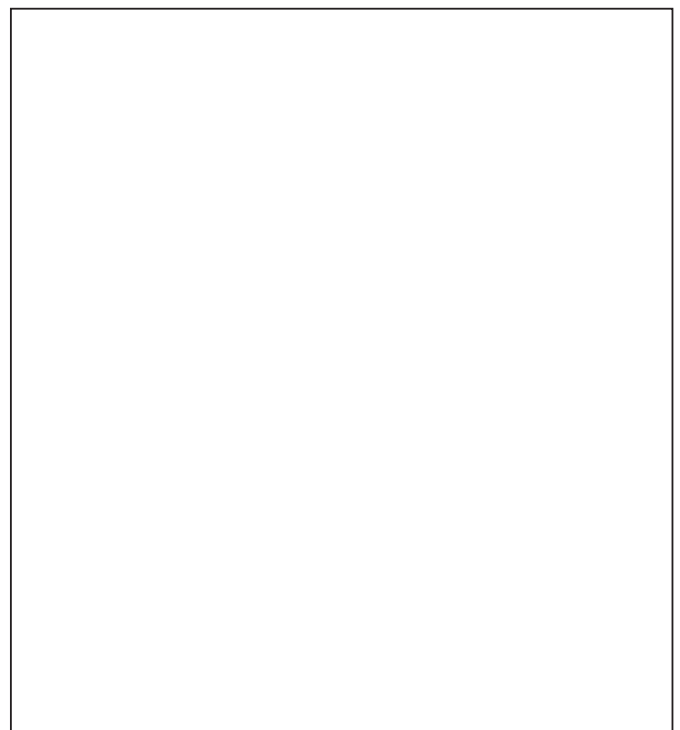
Não restam dúvidas que este assunto não é ainda muito bem conhecido. A inexistência de fontes seguras, bem como a insuficiência de trabalhos da demografia histórica numa comunidade onde a maioria dos indivíduos é analfabeta, impedem ultrapassar o domínio de conjunturas. Por essas razões, o trabalho de campo foi privilegiado e, a tradição oral se mostrou indispensável na reconstituição das histórias locais, por vezes até contraditórias. Na opinião de Guerreiro (1975: 3), um homem do campo deve ser considerado como sujeito e não como objecto de uma política de investigação. Isto significa que é preciso ir até onde ele vive para o escutar, saber o que é que ele quer e porque é que ele quer, e não o considerar como um objecto que podemos modelar como quisermos.

A metodologia essencialmente qualitativa ocupou um lugar importante na pesquisa, na medida em que ela permitiu compreender melhor as dinâmicas de migrações e suas consequências.

O espaço geográfico que escolhemos como terreno de pesquisa para este trabalho situa-se no Norte de Moçambique, na província do Niassa, mais precisamente na região do Monte Unango que se encontra no distrito de Sanga, um dos 15 distritos

A questão central deste artigo é analisar o processo de fixação dos povos Ajaua no monte Unango e a consequente ocupação dos territórios vizinhos.

que fazem parte da actual divisão administrativa desta província. Esse espaço é constituído pelas aldeias de Miala e Mapudjé, cujos habitantes pertencem a mesma origem. A primeira, encontra-se à cerca de 4 km de Malulo (sede do Distrito de Sanga). Os seus habitantes pertencem à comunidade Ajaua do régulo Calange (ver foto n° 1).



Fotografia n° 1: O actual régulo Calange, Ndala

Saíde Calange

Trata-se de uma aldeia muito antiga, edificada antes da presença colonial portuguesa nesta região.

A segunda (aldeia Mapudjé), situa-se à cerca de 8 km do Posto Administrativo de Unango no Distrito de Sanga. Os seus habitantes pertencem à comunidade Ajaua do régulo Nampanda (ver foto n° 2).

³Doutorado em Antropologia pela Universidade Paris 8. Lecciona a disciplina de História Económica IV no Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais, U.P.

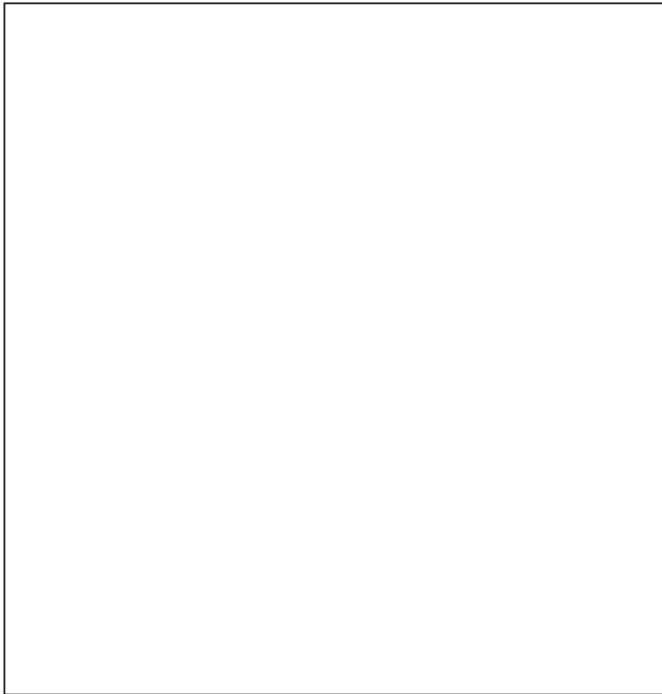


Foto 2: O régulo Nampanda

É importante lembrar que, a aldeia é sempre o lugar mais importante de organização social, económica e política das populações rurais. Segundo Jean- Pierre Magnant, uma aldeia é “*uma comunidade humana que pode agrupar muitas linhagens, as quais podem não ter laços de parentesco entre si, ligada pelo mesmo culto rendido aos espíritos do território sobre o qual ela vive*”. (Magnant, 1986 : 51)

A comunidade escolhida para este assunto é a comunidade Ajaua, também conhecida por Yao. Trata-se de uma comunidade rural e, como todas as outras comunidades do país, tem a sua história que não deve ser ignorada nem esquecida.

Os Ajaua são povos que fazem parte da grande família bantu matrilinear, mais precisamente do grupo dos bantu meridionais. Encontram-se distribuídos em três territórios da África Austral: a parte mais significativa pode ser localizada no território moçambicano, e uma

outra parte na República do Malawi e na República da Tanzania. Segundo Amaral (1990: 46 e 49) no território da República do Malawi, eles encontram-se no Sul de Zomba, nos arredores de Blantyre, Chiradzulu, a Sul de Domina e também a Sul de Lilongwe, e no território da República da Tanzania encontram-se estabelecidos nos arredores de Masasi, Chiwata, Dar Es Salam, Rufigi, Songea, Tabora e, também, um pequeno grupo no Norte do país perto do monte Ungaru. No território moçambicano a maioria dos Ajaua encontra-se localizada na província do Niassa, concentrada no distrito de Lichinga. Podemos também os encontrar dispersos fora da província do Niassa, tal como nos distritos de Nacala e Amaramba em Nampula, mais também em Montepuez, Palma, Macomia e Quissanga, na província de Cabo Delgado e nos distritos de Milange e Namacurra, na província da Zambézia.

O território Ajaua assim definido por estes autores tem uma superfície total de 9.797.052 km², dos quais 6.552 km² situam-se no Lago Niassa⁴.

As primeiras referências escritas sobre os povos Ajaua apareceram nos relatórios de comerciantes portugueses estabelecidos na Ilha do Ibo e na Ilha de Moçambique, de uma forma vaga durante o século XVII e precisamente a partir do século XVIII. (Amaral, 1990: 46). Segundo Mitchell (1956) “*uma das primeiras referências sobre os Ajaua foi feita por Dr. Francisco José de Lacerda numa carta datada de 22 de Março de 1798 e dirigida ao Ministro de Estado de Portugal*” (22)

1. O monte Unango

“Unango” é o nome de um monte situado à cerca de 64 km da cidade de Lichinga (capital da província do Niassa). (ver foto n^o 3).

⁴ATLAS GEOGRAFICO vol. 1, 1997 : 8.

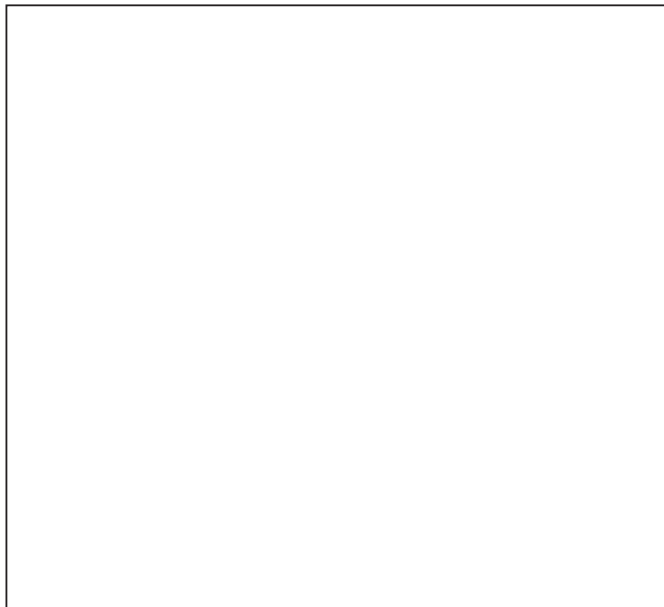


Foto 3: Monte Unango

É importante observar que, na tradição africana, os nomes de lugares, rios e montes não são dados por casualidade. A maioria das palavras usadas para essa finalidade tem um significado, e neste caso, “Unango” é o seu exemplo.

Existem três interpretações sobre o significado do nome ‘Unango’. Para os habitantes de Malulo (do régulo Chipango), “Unango” é uma palavra de origem Ajaua “*Ku-kwangu*” que significa “todo este lugar me pertence”. Trata-se de um nome que apareceu num contexto de disputa e confrontação entre diferentes comunidades desta região do país que pretendiam fixar-se no referido monte. A este propósito, Hassamu Nkawanganha (camponês de Malulo) diz-nos o seguinte :

“Foram os nossos antepassados os primeiros a chamar este monte por Unango para reivindicar o seu direito de propriedade sobre este monte. Eles diziam ‘Ku-Kwangu’ que na língua yao significa ‘ todo este lugar nos pertence’. Isto aconteceu muito antes da vinda dos colonos portugueses para esta região. Nessa altura era um monte que, para além das suas riquezas naturais, também oferecia abrigo e protecção aos seus habitantes contra ataques dos inimigos. Por isso, era um lugar de disputa e de confrontação entre os povos que por aqui passavam, em particular entre os Yao, os Macua, os Nyanja e os Ngoni. Mais tarde quando os portugueses chegaram, tiveram dificuldades para dizer ‘Ku-kwangu’. Foi por essa razão que registaram o nome deste monte com o nome de Unango”.

A segunda versão é do régulo Nampanda e de um grupo de camponeses da aldeia Mapudjé. Serafim Salava Monheheri (60 anos), Rajabo Chaibo (72 anos), Haide Hassane (70 anos) e Balaka Likandi (59 anos).

Para eles, “Unango” esta associado à palavra « *Ka una* ». Sobre este assunto, ele deu-nos a seguinte opinião :

“O nome do monte que actualmente se chama ‘Unango’ foi dado pelos nossos antepassados no momento da sua chegada a este monte. Nessa altura havia neste monte um lugar onde eles se encontravam para planificarem as suas actividades. Tratava-se de um lugar situado no meio do monte e os nossos antepassados o sinalizavam através de árvores cortadas que eles chamavam ‘Ka una’. Esta palavra na nossa lingua significa ‘lugar de encontros’. Por isso, foi neste contexto que este monte foi conhecido pelos nossos antepassados por « Ka una ». Quando os portugueses chegaram aqui e perguntaram a eles o nome deste monte, eles responderam que se chamava ‘Ka una’. Foi desta maneira que eles passaram a chamar o monte por ‘Unango’ porque custou-lhes muito dizer ‘Ka una’ tal como nós pronunciamos.”

Entre os habitantes da aldeia Miala (aldeia do régulo Calange), existe uma outra versão. Segundo eles, a palavra “unango” é de origem Ajaua « *Mwanangu* » que significa « meu filho ». A este propósito, o régulo Calange e um grupo de camponeses Ndala Saide Calange (régulo), Tomé Aide, Maria Ndala, Neid Balaka (63 anos) et Afonso Castro (70 anos). deram-nos a seguinte interpretação:

“O pico do monte Unango esta dividido em três partes. A parte situada à esquerda (a maior de todas), os nossos antepassados deram o nome de ‘Dipidi’. A parte da direita chamaram por ‘Luteo’ Hoje “Dipidi” e “Luteo” são nomes de duas serpentes muito grandes e venenosas que vivem no Monte Unango. A cobra “Dipidi” é a mais venenosa e a mais perigosa. O seu veneno provoca morte imediata, enquanto que a mordedura da cobra “Luteo” pode ser curada com um remédio tradicional somente conhecido pelos mais velhos da região de Unango. e, a parte do meio (entre Dipidi e Luteo) é a mais pequena. Assim, ‘Dipidi’ e ‘Luteo’ chamam a esta parte do monte por ‘Mwanangu’ que na nossa lingua yao significa meu filho. Foi com este nome ‘Mwanangu’ que os nossos antepassados baptizaram este monte. Quando os portugueses chegaram não conseguiram pronunciar correctamente o nome ‘Mwanangu’ como os nossos antepassados. Eles adulteraram o nome e, passaram a chama-lo por Ungango, porque para eles era fácil pronunciar desta maneira”

Apesar de existirem versões e interpretações diferentes

sobre a origem e significado do nome deste monte, todas elas sugerem que, antes da chegada dos portugueses o monte já era habitado e já tinha nomes locais que, os portugueses, na lógica da sua língua passaram a chamá-lo por 'Unango'. Foi com este nome que o monte ficou registado e conhecido até aos nossos dias.

2. O processo de povoamento do monte Unango

Os primeiros habitantes do Monte Unango foram sem dúvida os Ajaua das actuais comunidades dos régulos Calange (da aldeia Miala), Nampanda (da aldeia Mapudjé) e Chipango (da aldeia Malulo). O momento exacto da fixação destes povos no monte em referência resta ainda desconhecido, impreciso e até controverso. Não dispomos de documentos ou de testemunhos capazes de nos darem informações seguras sobre este assunto. Porém, a tradição fixa esse momento, na altura da chegada dos povos Nguni a esta região, o que nos leva a supor que tenha sido na segunda metade do século XIX, provavelmente entre 1845 - 1875. Segundo Gerard Liesegang (1984), a época entre 1845 e 1875 foi um período em que os Ajaua foram atacados pelos povos Nguni, que vinham da actual África do Sul e que obrigaram os outros povos a fugir precipitadamente para outros lugares mais seguros. A este propósito, um grupo de camponeses de Miala Ndala Saide (régulo), Tomé Saide, Maria Ndala, Neid Balaka, Afonso Castro, disse-nos o seguinte:

“Não sabemos exactamente quando é que os nossos antepassados se estabeleceram pela primeira vez neste monte. Sabemos apenas que foi antes da chegada dos portugueses aqui na região. A única coisa que sabemos, é que quando os nossos antepassados saíram do monte Yao, uma parte deles veio se fixar neste monte.”

Existem duas opiniões sobre a origem dos Ajaua que ocuparam pela primeira vez o Monte Unango. A primeira versão é a dos Ajaua do régulo Calange que dizem que os seus antepassados vieram da direcção do Lugenda mais exactamente de Metarica na fronteira com a Tanzania, enquanto que a segunda é dos Ajaua do régulo Nampanda que consideram Mecula (a Norte da Província do Niassa, próximo do rio Rovuma) como lugar de partida dos seus antepassados. As duas versões são aceitáveis, uma vez que ambas têm um ponto geográfico de referência comum que é a

fronteira com a Tanzania (Norte de Moçambique).

2.1. Fixação Ajaua no monte Mbemba

É importante observar que, antes de se fixarem no monte Unango, os Ajaua viveram algum tempo no monte Mbemba. O Monte Mbemba encontra-se situado no Distrito de Sanga à esquerda do rio Lucimbessi, à cerca de 3Km do actual Posto Administrativo de Lucimbessi na Província do Niassa. Não restam dúvidas que este foi o seu primeiro *habitat* no actual Distrito de Sanga. A este respeito, os Ajaua da aldeia Mapudjé do régulo Nampanda (67 anos) testemunhada por Rajabo Chaibo e Haide Hassane disseram-nos o seguinte:

“A primeira pessoa que se fixou no monte Mbemba, foi uma mulher chamada Chingulupile. Ela vinha de Mecula. Era solteira e chegou sozinha. Não conhecemos os motivos da sua saída de Mecula. Porém, pensamos que foi por razões sociais.

Antes de se fixar neste monte, ela tinha se fixado perto de um rio que se chamava Ligumba. Foi nesse lugar que encontrou um homem chamado Nkawina com o qual ela se casou. Foi com esse homem que ela se fixou no Monte Mbemba. Isto aconteceu antes das guerras com os Nguni (Makwangwala). Deste modo, foram os primeiros a habitar o Monte Mbemba. Desse casamento, nasceu o primeiro filho que se chamou Lipindimule, que mais tarde deram o nome de Nampanda. Ao segundo filho, deram o nome de Omar Nkwambalelo que gerou uma filha de nome Ciussia. A terceira criança foi uma menina a quem deram o nome de Nkalapaine e, a última, foi também uma menina que se chamou Nangawalé.

Os régulos Nampanda nasceram de Ciussia (filha de Omar Nkwambalelo), e os régulos Calange vieram de Nangawale e Chipango de Nkalapaine. Assim, Nampanda, Calange e Chipango são régulos da mesma família. Na nossa tradição, eles são irmãos”

Infelizmente, não tem sido fácil determinar com precisão o momento exacto da chegada e da permanência destes povos neste monte. Porém, à partir das informações obtidas no terreno, é possível situá-lo no período anterior à 1845, data provável da chegada dos povos Nguni Nesta altura os Nguni estavam num processo migratorio em direcção ao Norte (Tanzania). Essa migração foi acompanhada por lutas com os povos com quem entravam em contacto, como foi o caso dos Ajaua do Monte Unango. Segundo a tradição, os Nguni chegaram nesta região no início da segunda metade do século XIX. no actual

Distrito de Sanga.

Por volta de 1870, os Ajaua saíram do Monte Mbemba e foram-se fixar no Monte Unango. A presença Nguni tem sido apontada como um dos principais motivos da saída dos Ajaua do Monte Mbemba. Segundo a tradição, a presença do povo Nguni terá desestabilizado várias comunidades desta região. Muitas delas, preferiram mudar de *habitat* para um outro lugar mais seguro. A este propósito, um grupo de camponeses da aldeia Miala Ndala Saide (régulo), Tomé Saide, Maria Ndala, Neid Balaka, Afonso Castro disse o seguinte: *“Os Nguni roubavam tudo que encontravam nas aldeias por onde passavam, principalmente bens e mulheres. Esta foi a principal razão da saída dos nossos antepassados do Monte Mbemba.”*

A presença dos povos Nguni nesta região não foi o único motivo que perturbou e provocou a instabilidade do funcionamento do sistema social e político ajaua na aldeia do Monte Mbemba. A tradição aponta também o comércio caravaneiro e as guerras entre comunidades ajaua como outros motivos. A este propósito, dois camponeses da aldeia Bagarila (Saide Beula, 78 anos e Ndala, 93 anos) disseram - nos o seguinte :

“ Com estas guerras os chefes tradicionais (régulos) desejavam aumentar o número de pessoas sob sua dependência nas suas aldeias. Nessa altura, o valor real de um chefe estava directamente relacionado com o número da população sob sua dependência. Quando tivesse muita pessoas, significava que ele era rico e isso lhe conferia muito prestígio político, económico e social. Foi por essa razão que alguns régulos faziam guerras contra outras comunidades. Eles procuravam roubar a riqueza e população dos outros régulos. Grande parte dos seus prisioneiros de guerra eram integrados nas comunidades, onde muitos deles se casavam e se multiplicavam. Outros porém, eram utilizados como mercadoria no comércio com os árabes na região costeira. Foi neste contexto que se distinguiu o chefe Mataka com as suas incursões contra aldeias dos régulos vizinhos.”

2.2. A edificação da primeira aldeia Ajaua no monte Unango

Segundo a tradição, a instabilidade que se começou a viver na segunda metade do século XIX, provocada

pela presença Nguni e pelas guerras entre diferentes régulos, fez com que Mbemba deixasse de ser um lugar seguro para os seus habitantes. É por esta razão que este monte foi desocupado e a aldeia foi transferida para o Monte Unango. Nessa altura, este monte possuía excelentes condições de segurança alimentar (era um lugar muito rico em terras férteis para a agricultura, água permanente e muitos animais de caça), assim como era um lugar seguro contra os ataques de outras comunidades, pois que, além da sua altura e extensão (situação que dava a possibilidade de observar os movimentos dos seus inimigos à uma grande distância), o Monte Unango possuía também grandes árvores e pedras que eram utilizados como abrigo e armas de defesa.

Para nos falar sobre a maneira como os Ajaua conheceram este monte, o régulo da aldeia Bagarila O régulo desta aldeia chama-se Imede Alifa Gomane (52 anos). Trata-se de uma aldeia situada na parte Norte da Cidade de Lichinga a cerca de 35 Km do Monte Unango. disse-nos o seguinte :

“Nessa altura Calange tinha um seu irmão mais novo que se chamava Nkopoka. Ele era criador de cães e caçador. Foi ele que durante a caça descobriu o monte que mais tarde os portugueses vieram chamar por Unango. No regresso da sua jornada, reportou a descoberta ao seu irmão Calange da seguinte forma - ‘meu irmão, eu vi um grande monte, durante a caça, que pode ser um lugar seguro para nos refugiarmos dos ataques dos nossos inimigos. Por isso, é um lugar estratégico que pode ser um excelente abrigo contra os invasores, para além de possuir boas condições para a nossa agricultura’ - Calange por sua vez, transmitiu esta descoberta ao seu pai (Che Nanlhawidi) que, após o consentimento dos mais velhos da aldeia, decidiu mudar a aldeia para o monte Unango. Foi desta maneira que os nossos antepassados saíram do Monte Mbemba e se fixaram no Monte Unango.”

O lugar onde se situou o primeiro *habitat* dos Ajaua no Monte Unango estava localizado na parte Nordeste, justamente na sua base. Segundo informações colhidas no terreno, a escolha desse lugar foi acompanhada por um ritual cuja finalidade era de pedir autorização e protecção dos seus antepassados contra todos os males, tais como doenças, calamidades naturais, animais selvagens, etc. Por outras palavras, o lugar deveria ser abençoado pelos espíritos dos seus antepassados. A este respeito, o régulo da aldeia

Bagarila e Ndala disse-nos o seguinte:

“Antes da edificação da primeira aldeia no Monte Unango, Che Calange pediu aos mais velhos da comunidade para fazerem os procedimentos tradicionais necessários para a ocupação de um novo espaço. Esses procedimentos consistiam no corte de sete árvores existentes no lugar escolhido a fim de o sinalizar. Uma vez sinalizado, esse lugar passava a ser conhecido por « Una » que significa ‘lugar sinalizado’ na língua yao. Esse processo de corte de árvores era acompanhado por um pedido de purificação do lugar aos nossos antepassados. Para este fim, os mais velhos faziam orações e ofertas, constituídas pelas suas principais colheitas agrícolas tais como a farinha de milho, tabaco, bem como algumas bebidas tradicionais, como é o caso da aguardente de cana-de-açúcar.

Para se ter a certeza de que os antepassados tinham autorizado e purificado o lugar escolhido, deviam esperar sete dias. Passado esse tempo, o sinal de uma resposta positiva era caracterizado pelo aparecimento de rebentos nas árvores cortadas. Caso não aparecessem significava que os antepassados não tinham autorizado a fixação de uma aldeia naquele espaço. Isso significava que o lugar estava amaldiçoado e, por isso, não podia ser habitado porque podia trazer doenças incuráveis, mortes inexplicáveis e outros tipos de azares para os seus habitantes. No caso contrário, significava que o lugar estava autorizado e purificado.

Seguindo esta tradição, depois dos sete dias Che Nanchawidi enviou Che Mpembene Segundo informações obtidas no terreno, Che Mpembene era cunhado e assistente de Che Nanchawidi. para visitar o lugar. Quando ele chegou, constatou que as árvores cortadas já tinham rebentos, o que significava consentimento dos espíritos dos seus antepassados para a ocupação desse lugar.

Esta notícia foi bem recebida por Che Nanchawidi. De imediato, ordenou a mudança da aldeia para o Monte Unango.”

Segundo Balaka Likandi, infelizmente Che Nanchawidi morreu antes do início da mudança da aldeia do Monte Mbemba para o Monte Unango. Foi por isso que, quem dirigiu esse processo, foi seu cunhado Che Mpembene (também conhecido por Atimitete). Ele assumiu provisoriamente a direcção da comunidade antes de se encontrar o sucessor legítimo de Che Nanchawidi. Importa observar que, durante esse processo de mudança, Che Mpembene

ordenou a transladação do túmulo de Nhanchawidi para a nova aldeia no Monte Unango, onde se encontra até hoje.

2.3. A origem das terras tradicionais dos régulos Nampanda, Calange e Chipango

O Monte Unango é até hoje considerado como território comum dos régulos Nampanda, Calange e Chipango, porque foi o ponto de partida para a divisão das terras tradicionais que possuem até hoje, bem como para o povoamento de toda a região vizinha.

De acordo com informações obtidas no terreno, no início, os antepassados destes régulos viviam todos no mesmo espaço, situado na base deste monte. Sobre este assunto, o régulo Calange e Ali Omar (camponês da aldeia Miala) disseram-nos o seguinte:

“Um pouco antes de iniciar a guerra com os Nguni, existiam na base do Monte Unango quatro famílias. Trata-se das família dos régulos Nampanda, Calange, Bwanali e Chipango. Estavam divididos em pequenas aldeias. Na parte Sul do espaço onde se encontrava a capital do Posto Administrativo de Unango, viviam as famílias de Licande e Chipango (sobrinhos de Calange), e atrás do monte vivia a família de Bwanali (também sobrinho de Calange) e, todo o território que se encontra à frente do Monte Unango ficou sob tutela de Calange.”

Porém, com o aumento da população, começaram a surgir alguns problemas a nível económico (escassez de terras), político (cada chefe dos grupos linhageiros começou a ter a necessidade de viver sozinho e independente num território distante da autoridade de um outro chefe) e sociais (relacionados com a feitiçaria). Por causa destes problemas, os antepassados dos actuais régulos Nampanda, Calange e Chipango decidiram separar-se e encontrar um outro lugar para habitar. Por isso, com autorização dos “velhos”, cada um deles escolheu o lugar de sua preferência e, na companhia das suas comunidades procurou se mudar.

Assim, depois de partilharem o mesmo habitat durante muito tempo, pela primeira vez, estas comunidades ajaua separaram-se. Cada comunidade foi viver com o seu régulo numa aldeia situada num território novo e independente dos outros régulos. Foi desta maneira que se fez a divisão das terras próximas do Monte

Unango entre os três régulos, bem como a consequente dispersão destas comunidades pelos territórios vizinhos. Assim, Nampana recebeu as terras situadas na parte Norte, enquanto que Calange e Chipango receberam as terras situadas à Sudoeste deste monte. O régulo Nampana, na companhia de Rajabo Chaibo e Haide Hassane (camponeses de Mapudjé), apresentam-nos de forma clara os limites dessa divisão territorial, dizendo o seguinte :

“A estrada que passa perto do Monte Unango em direcção à Tanzania, divide os territórios dos três régulos, a partir do Posto Administrativo de Unango. O território do régulo Nampana faz fronteira com o do régulo Calange através do rio Luculezi e se localiza entre o rio Luculezi e o rio Maluangwa no distrito de Sanga.

Todo o território que se encontra à esquerda da estrada que vai para a Cidade de Lichinga, a partir do rio Luculezi até ao rio Lucimbessi, pertence ao régulo Calange. Este território tem como fronteira o monte Chipessame (que o separa do território do régulo Nconda), o rio Lucheringo (situado na parte Norte do monte Unango que o separa do território do régulo N'tamila) e o rio Luculezi (que faz fronteira com o território do régulo Nampana).

O espaço que se encontra a partir de Malulo até Nancheche (à direita da estrada que vai à Tanzania), é o território do régulo Chipango que faz fronteira na parte Sul com o Distrito de Mwembe (território do régulo N'tamila) através do rio Lucheringo. Desta maneira, o território onde actualmente se encontra a capital do Distrito de Sanga na aldeia Malulo, pertence ao régulo Chipango.”

Segundo o régulo Ndala Saide e um grupo de camponeses (Tomé Saide, Maria Ndala, Neid Balaka, Afonso Castro), no início as terras de Calange prolongavam-se até à aldeia Maniamba. Por isso, faziam parte deste território, nessa época, as actuais aldeias de Licole, Casise, Bagarila, Baia, Malémia e Lipende. A este propósito, o régulo Nampana disse o seguinte :

“Os régulos das terras de Bagarila, Licole e Lipende não são os legítimos donos dos territórios que eles ocupam actualmente. Durante as guerras contra os Nguni eles pediram protecção e abrigo nas terras do régulo Calange. Nessa altura eles não eram muitos. Eram constituídos por pequenos grupos de famílias. Por essa razão, Che Calange não viu nenhum inconveniente em aceitar o pedido e, deste

modo, cedeu uma parte das terras do seu território às famílias destes régulos.

Nessa altura, os actuais régulos de Bagarila, Licole e Lipende, dependiam do régulo Calange. Com o aumento da sua população, o espaço cedido pelo régulo Calange tornou-se insuficiente para as necessidades das comunidades destes refugiados. Foi por isso que os chefes destas aldeias (Bagarila, Licole e Lipende) pediram ao régulo Calange para que aumentasse as terras que ele lhes tinha dado. Após ter consultado os outros régulos (Nampana e Chipango), Calange aceitou o pedido e fez uma nova delimitação desses territórios, por forma a que pudessem viver independentes. Foi desta maneira que os chefes Bagarila, Licole e Lipende receberam os territórios e o título de régulo que ostentam até hoje.

Apesar da independência que receberam nessas terras, eles continuavam teoricamente a depender do régulo Calange, consultando-o antes da tomada de grandes decisões nas suas terras. Isto significa que, apesar de usufruírem também do título de régulo, eles não tinham o mesmo estatuto do régulo Calange. Guardavam um grande respeito e admiração por ele (Calange), porque este podia pedir as suas terras de volta a qualquer momento, no caso de um mau comportamento que pudesse pôr em causa o prestígio e o bem estar do régulo Calange, ou mesmo, quando ele as quizesse de volta para resolver necessidades da sua comunidade.”

Segundo informações obtidas no terreno, essa divisão de terras e dispersão das aldeias Ajaua para territórios próximos do monte Unango teve lugar depois da guerra com os Nguni, cerca de 1890.

Esta rigidez na distribuição da população nos territórios destes três régulos já não se verifica nos nossos dias, porque é possível encontrar famílias pertencentes a um deles a viver nas terras tradicionais de um outro régulo. Neste contexto, constatamos que nas aldeias do régulo Calange habitam famílias que pertencem a comunidade do régulo Chipango. Apesar disto, verificamos também que cada família destas comunidades conhece muito bem o seu régulo e as respectivas terras tradicionais, mesmo quando ele se encontra a habitar terras que pertençam a um outro régulo. Esta situação permite-nos concluir, sem qualquer margem de dúvida, que apesar da legislação colonial ter modificado o estatuto da terra em Moçambique, os ajaua em referência, continuam a

(*mutundu wayao*): *Subsídio para o estudo de um povo do noroeste de Moçambique*. Lisboa, 1990. (Tese de licenciatura).

MAGNANT, Jean-Pierre. *La Terre Sara, Terre Tchadienne*. Paris: Editions L'Harmattan, 1986.

Mitchell, J. Clyde. *The Yao Village: a study in the social structure of a Nyasaland tribe*. Manchester: Manchester University Press, 1956.

DOSSIERS TEMÁTICOS DE FILOSOFIA

Aporias da crise da moral em Moçambique



Mário Alberto Viegas¹⁶

Problema

Pretendo discutir à volta do que já nos habituamos a entender e a chamar por crise da moral. A questão que se levanta é se, efectivamente, se trata de uma *crise da moral ou se de uma moral do nosso tempo*. A polemicidade deste tema está no facto de a expressão “*crise da moral*” fazer depreender a ideia de perda de valores que se possuíam e nada mais sustentável sobrar para a nossa orientação moral, por um lado; por outro lado, a expressão “*moral do nosso tempo*” dá a entender que vivemos numa sociedade moralmente degradada que pretende tornar moral a

Este artigo aborda o problema da crise da moral em Moçambique, procurando dar uma contribuição à questão se, de facto, é a moral que está em crise, ou é uma nova moral que emerge.

própria degradação moral.

O meu ponto de partida é o de que, moralmente, a sociedade moçambicana não está na estaca zero, concordando, portanto, com Lipovetsky apud Morin/Prigonine (1998: 32-35).

Mas, então, porquê “*aporias*”?

O problema em discussão é colocado como um *pau de dois bicos*: se vivemos o fim de um tipo de moral – uma moral que se esvai – ou vivemos o advento de um tipo de moral – uma moral que se anuncia por si, mas com a crucialidade dos riscos que ofuscam a possibilidade de visualização do futuro. Perante este paradoxo sentimo-nos perplexos.

Boaventura de Sousa Santos (2007) descreve a perplexidade que se vive no fim do século passado, embora referindo-se à situação vivida nas ciências, com a seguinte imagem:

“... Vivemos num tempo atónito que ao debruçar-se sobre si próprio descobre que os seus pés são um cruzamento de sombras, sombras que vêm do passado que ora pensamos já não sermos, ora pensamos não termos ainda deixado de

¹⁵Este tema foi parte de uma palestra proferida pelo autor por ocasião da semana e do dia mundiais da Filosofia, em 2007. A palestra foi dedicada ao saudoso colega Francisco Xavier Fabião, falecido em 2000. Foi ele quem questionou, em 1998, durante a preparação do programa de ética para o 1º Curso Especial e Intensivo de Formação de Professores de Filosofia decorrido na UP, se se tratava da crise da moral ou da moral do nosso tempo. Tendo ficado a questão em aberto, na altura, o autor encontrou esta ocasião de comemoração da semana e do dia mundiais da Filosofia para propor algum esboço de resposta para um debate à volta do assunto.

¹⁶Decente da cadeira de Ética, afecto ao Departamento de Filosofia.

ser, sombras que vêm do futuro que ora pensamos já sermos, ora pensamos nunca virmos a ser. (...)

... (P)odemos dizer que vivemos num sistema visual muito instável em que a mínima flutuação da nossa percepção visual provoca rupturas na simetria do que vemos. Assim, olhando para a mesma figura, ora vemos um vaso grego branco recortado sobre um fundo preto, ora vemos dois rostos negros de perfil, frente a frente, recortados sobre um fundo branco. Qual das imagens é verdadeira? Ambas e nenhuma. É esta a ambiguidade e a complexidade da situação do tempo presente, um tempo de transição, síncrone com muita coisa que está além ou aquém dele, mas descompassado em relação a tudo o que o habita” (2-5).

A analogia da perplexidade descrita acima com a situação que a questão da crise da moral em Moçambique provoca levou-me a pensar, para título desta abordagem, no conceito de *aporia*.

Originariamente, a palavra *aporia* significa sem passagem, ou seja, sem saída. Em sentido filosófico, quer dizer problema, dificuldade, incerteza, dúvida. É também chamada por antinomia ou paradoxo. A *aporética* é estudo das aporias.

Voltando a Santos, enfatizo com ele que

“Tal como noutros períodos de transição, difíceis de entender e de percorrer, é necessário voltar às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples, perguntas que, como Einstein costumava dizer, só uma criança pode fazer mas que, depois de feitas, são capazes de trazer uma luz nova à nossa perplexidade” (Ibidem).

Deste modo, interrogo-me se não é o “mapa” que trazemos conosco sobre a moral que está invertido. Ou, segundo Manfredo Oliveira (2002), *“será que nós nos situamos, em nosso pensar e em nosso agir, realmente, no mundo de hoje?” (253).*

Nesta abordagem, procuro fundamentar que (i) nas sociedades tradicionais a moral assenta na autoridade e na crença, enquanto nas sociedades ditas modernas assenta na autonomia da pessoa; (ii) o sentido crescente da autonomia da pessoa nestas sociedades modernas provoca a tendência de absolutização da liberdade, daí também os comportamentos e as atitudes conflitantes com o próprio conceito de liberdade; (iii) mais do que inventariar uma lista de valores em crise ou em erosão, importa perceber que são os fundamentos em que eles assentam, incluindo os

morais, que perdem a validade, cedendo lugar a outros novos fundamentos que devem ser tomados com um “olhar” renovado; (iv) antes do ataque à juventude, são as instituições que devem lançar o “olhar” introspectivo para o que fazem questionando-se sobre as possibilidades que abrem para que os jovens possam gerir a sua liberdade em interação com as outras liberdades.

De resto, como Koïchiro Matsuura (2006) nos afirma, *“a reflexão ética é um exercício delicado, porque exige um sentido de antecipação: não deve procurar tanto descrever os valores como compreender como é que eles se podem transformar – e transformarmos a nós” (20).*

Dos questionamentos éticos

O filósofo moçambicano Severino Ngoenha escreve no prefácio ao primeiro Manual de Filosofia para as 11^a e 12^a classes em Moçambique (2003), que

“as temáticas principais da opção filosófica moçambicana – programas das universidades e das escolas secundárias – vão em direcção à ética, à política e à epistemologia.

À ética, dado que as referências axiológicas tradicionais entraram em crise depois da independência nacional, e de uma maneira mais radical e dramática, durante a chamada guerra civil. (Prefácio)”.

Será que da crise das referências morais tradicionais decorre uma desordem da qual não podem ser vislumbrados valores morais em emergência?

Em geral, a nossa dificuldade reside, provavelmente, no entendimento que temos do conceito “crise”. Efectivamente, as crises podem ser, como defende Santos (1995:17) (embora se referindo à “discussão sobre a natureza das crises da ciência”), de *crescimento* e de *degenerescência*. Crise é, pois, alteração para bem ou para mal.

Muitas vezes entendemos “crise” só no segundo sentido: como caos, como ruína, como fim. No entanto, a palavra crise quer dizer, pelo seu sentido original, *situação de decisão* devido a uma alteração da ordem.

Uma crise assemelha-se a uma encruzilhada, e não a um beco sem saída. Aliás, a nossa vida em geral,

mesmo o nosso crescimento fisiológico, outra coisa não é senão a superação de uma sucessão de crises, desde a nossa concepção até à nossa morte, passando pelo nosso nascimento e pelo nosso crescimento.

Entretanto, como Santos (Ibid.:18) o confirma, “*não é fácil determinar se um dado período histórico é dominado por uma crise de crescimento ou por uma crise de degenerescência*”. Será que se pode demonstrar que a crise moral que se vive é também de crescimento? Se sim, qual deve ser o critério? Devo, então, começar por este imbróglio.

Dos fundamentos das normas da tradição e da modernidade

Convém recordar um provérbio africano apresentado por Ki-Zerbo apud Gerdes (1991) num estudo por ele dirigido e intitulado por “*Educar ou Morrer – o impasse e as perspectivas de África*” refere que: “*Quando perdido, é melhor voltar a um ponto familiar antes de se atirar para frente*” (4).

ra, o critério a adoptar seria o de voltarmos à tradição (“ponto familiar”), mas como memória e não com o intuito de mantê-la a todo o custo, o que não evitaria uma ditadura. O regresso ao passado tem sentido se significar o questionamento dos fundamentos das normas morais tradicionais que davam sentido à vida. Portanto, não é uma lista das normas morais tradicionais que entraram ou não em crise que dá resposta ao problema, pois sendo este o critério, ela seria um contra-senso, uma vez que não são os valores morais tradicionais, eles próprios, que entraram em crise, mas os seus fundamentos de validade. Inspiro-me, aqui, em Durkheim (2008), que afirma que,

“*(p)erguntar-se quais são os elementos da moralidade não consiste em elaborar uma lista completa de todas as virtudes, nem mesmo das mais importantes: trata-se de pesquisar as disposições fundamentais, os estados de espírito que estão na raiz da vida moral...*” (36).

Daí que dignidade, respeito, justiça, assistência, solidariedade, entre outros, sejam preceitos ainda válidos, variando o âmbito espaço-temporal, a dimensão ontológico-antropológica e o contexto axiológico do sentido social de que se revestem. A

este respeito, Lipovetsky, com quem comungo a ideia, afirma que “*(n)o essencial, desde há séculos, desde há milénios, os valores morais são sempre os mesmos*” (Morin/Prigonine, 1998: 29).

Nas sociedades tradicionais a moral está assente na autoridade e na crença. A autoridade dos mais velhos, tomada como legado dos ancestrais, e a crença na relação espiritual com os que do “além” asseguram a continuidade da ordem estabelecida “aquém” são os fundamentos das normas, incluindo as morais; é nelas que o costume encontra a sua legitimidade, a sua validade indiscutível.

Quando estes fundamentos perdem a sua validade, ou seja, a sua função metafísica e social, instala-se uma desorientação – fala-se, então de crise, apelando-se, daí, para o regresso ao passado. Esse regresso deve significar o repensar no que dá validade aos fundamentos morais do passado e se esses fundamentos podem ainda dar o mesmo sentido à nossa vida na actualidade.

Contrariamente à sociedade tradicional, a sociedade chamada moderna tem a *autonomia* do homem como o fundamento da moral. O homem já não vive numa sociedade de proibições impostas pela autoridade dos mais velhos e pela crença na força protectora do “além”, mas numa sociedade que apela para o profundo respeito à autonomia da pessoa, em função da sua *dignidade humana*.

Lipovetsky (2005) caracteriza aquilo que chama por *sociedade pós-moralista* nos seguintes termos: “... *assim entendemos uma sociedade que repudia a retórica do dever rígido, integral e estrito e, paralelamente, consagra os direitos individuais à autonomia, às aspirações de ordem pessoal, à felicidade ...*” (xxx).

Na nossa sociedade o homem aparece cada vez mais como sujeito que se quer afirmar a si mesmo como autonomia, como liberdade. E, como assevera Oliveira, (2002)

“*o homem só se afirma a si mesmo como liberdade à medida que afirma, incondicionalmente, a outra liberdade. (...) Nesse sentido, o reconhecimento da outra liberdade enquanto tal, ou seja, enquanto realidade não-manipulável, é condição de possibilidade do homem enquanto ser livre*” (101).

Ora, este pressuposto não se compadece e nem se

pode compadecer com os pressupostos da sociedade tradicional. Com os fundamentos tradicionais não se pode suportar a ideia de homem como sujeito autónomo, no sentido que lhe atribuímos hoje. Com os fundamentos modernos não se pode suportar a ideia de homem vivendo “amarrado” ao “dever rigoroso”. A sociedade tradicional apela à obediência estrita assente no respeito venerado à autoridade e na crença; a sociedade moderna apela à autoconsciência que se afirma no reconhecimento de si e do outro como portador de direitos assentes na sua dignidade inviolável.

A novidade, como se sabe, trás sempre consigo implicações novas, mesmo sendo antigos os problemas. Aqui começa o drama: a necessidade de algum referencial do passado para os desafios de hoje. A cultura (*nomoi*) precisa de continuar a engendrar a lei (*nomos*) de convivência social harmoniosa entre os homens, buscando encontrar referenciais nos saberes dos nossos ancestrais. Surge, então, o dilema: por um lado, estão valores da contemporaneidade, colocados num plano de elevada dúvida face às incertezas dos seus suportes com relação ao presente e ao futuro; por outro lado, estão os valores do passado, questionados quanto às condições de possibilidade de concatenarem a pluralidade das percepções axiológicas e morais emergentes. Não é mais a autoridade divina, a dos antepassados ou a dos mais velhos, mas o homem, ele mesmo, em permanente devir *nouético*, o critério da moralidade. O *nous* leva o homem a descobrir-se a si mesmo, isto é, a descobrir a sua unicidade ontológica e a sua pluralidade axiológica. É dentro desta pluralidade, que se apresenta como um caos, que a crise da moral deve ser enquadrada.

O desafio reside na resposta à pergunta se é o saber dos nossos ancestrais que carece de reforma, se nos cabe perscrutar o seu pensamento para aprendermos a capacidade com que eram dotados para entenderem os problemas do seu tempo e procurar-lhes respostas que lhes permitiam continuar a viver no tempo deles e de acordo com as mudanças que se impunham. Sem ciência e sem tecnologia, nos moldes das que a modernidade inventou, eles conseguiam assegurar a coerência dos princípios e a harmonia da vida em permanente conflito e mutação. Hoje, não conseguimos compreender as nossas diferenças que

tornam mais ricas a pluralidade das nossas perspectivas morais e os nossos desafios éticos. Continuando saudosistas do passado, não poderemos sair dele; temendo o presente e o futuro, não nos embrenharemos nele. É, pois o nosso saber actual que precisa de reforma. É ele que precisa de referências ontológico-antropológicas que alicerçavam a vida e o saber dos nossos ancestrais, não para copiarmos e imitarmos, mas para nos darmos conta do significado de um individualismo que nos martiriza, e, assim, nos esforçarmos para nos mantermos “vivos” face às intempéries do presente e às incertezas do futuro.

A referência ontológico-antropológica dos nossos ancestrais, aquilo que fortificava as suas relações e dava consistência à vida e aos saberes era o forte sentido de solidariedade que os unia e protegia. Fora da comunidade não havia, na percepção deles, virtude. Nas palavras de Bruckner apud Morin/Prigogine (1998) afirma que:

“... o homem das sociedades tradicionais não tinha a liberdade de que gozamos hoje, mas beneficiava de um determinado número de solidariedades que já não existem. Dito de outro modo, se não era um homem livre, era um homem com laços, protegido. Hoje, de modo inverso, pagamos o preço do individualismo com uma insegurança crescente, uma vulnerabilidade constante. O indivíduo está assim, desde o nascimento até à morte, submetido a uma inquietação permanente. A partir do momento em que nos dizem que somos um indivíduo e que temos de nos fazer a nós próprios, dizem-nos também que vai ser difícil existir. Por outras palavras, passamos de uma sociedade de destino – onde a vida está predestinada – a uma sociedade de liberdade. Mas a liberdade é um fardo extremamente pesado” (52).

É a solidariedade que está na iminência de se ausentar do nosso mundo presente e que precisa de ser salvaguardada, não apenas no plano comunitário, mas também no plano universal.

Das implicações da autonomia da pessoa

Se, por um lado, a desorientação que os novos tempos trazem no seu bojo provocam a pretensão de regresso ao passado, por outro, o sentido crescente de autonomia provoca a tendência de “absolutização” da liberdade, muito particularmente quando as mudanças se dão numa velocidade que altera de forma significativa o

tipo de vida do homem.

Com efeito, Sérgio (1991) escreve que “*uma rapidez sem sentido gera um fundo sentimento de instabilidade e deixa o homem, como folha perdida, no meio do vendaval, sem nítidos referenciais axiológicos*” (65).

Mas a crise moral de que se faz referência hoje traz consigo perigos que, como diz Sérgio (Ibid.: 75), anunciam tempos novos. Ligado a isto, a liberdade é, como escreve Pascal Bruckner, um fardo extremamente pesado, pois implica uma responsabilidade ilimitada que pesa sobre cada um (Morin/Prigone, 1998: 52).

A liberdade do indivíduo tem o seu custo: a responsabilidade individual, que exige coragem, mas que alguns optam por desviar-se dela demitindo-se da sua liberdade ou exacerbando-a. Demitem-se da sua liberdade através do espírito de resignação e de subserviência. Exacerbam-na através da brutalização de si mesmos enquanto brutalizam os outros, espezinhando pelos seus próprios actos as suas e as outras liberdades. Efectivamente, “*fora da obrigação moral não há sujeito responsável*”, diz-nos Sérgio (1991: 77). Tanto uma como outra, ambas tendências são, afinal, escapatórias por onde passa a ausência de dignidade humana pessoal.

A falta de imaginação e de criatividade que leva ao constante apelo à “ajuda” do Governo, por um lado, e à exibição da “musculatura” brutal do crime, por outro, ocultam um vazio ético fundamental aberto pela *perda do conteúdo dignificante do trabalho*, o que suscita a procura de formas “fáceis” e, por isso mesmo, desumanas de vida. E como é que se chegou a isso? Voltarei a este assunto numa das próximas ocasiões.

O problema da crise na zona de tensão

A colocação do problema da crise nos termos que consta logo no início desta abordagem, tem uma função didáctica: ela chama-nos a atenção para a necessidade de nos ocuparmos também com o “emergente”, pois, a sociedade não é estática, mas também não é “remendável” ou “recauchutável”. A tradição e a orientação em direcção ao futuro condicionam-se reciprocamente. Mas qualquer tentativa de “remendar” ou “recauchutar” a sociedade de homens leva, inevitavelmente, a totalitarismos (e

a história está disto repleta de exemplos!).

O problema nuclear das discussões éticas actuais assenta no pluralismo de valores e, por conseguinte, de convicções, mas o núcleo moral da sociedade que chamamos por moderna é a *competência última da consciência*.

Devemos, pois, questionarmo-nos mais precisamente acerca da relação entre os princípios éticos ou regras formais e as convicções sobre valores. E devemos fazê-lo na perspectiva dos conceitos da *dignidade humana* e da *liberdade do homem*.

Já nos interrogamos, por exemplo, sobre o que sustenta o *boom* musical, nos últimos tempos, em Moçambique, independentemente de cairmos agora na discussão sobre a sua qualidade? Contudo, manifestamos a nossa inquieta preocupação com a moda e com a chamada “guerra” entre as gerações e entre os sexos, como se entre eles só houvesse uma tensão, mas nunca uma relação de interacção. O que é que cativa tanto interesse, seja dos artistas, dos espectadores ou dos produtores? O que é que está por detrás do programa enquanto valor? Parece-me que a música se apresenta como actividade que gera não só novidade, mas também “sentido”, enquanto engendra criação. E só há criação onde há visão e atitude críticas; visão e atitude críticas são expressões da liberdade.

O didactismo da questão leva-nos a situarmo-nos, em nosso pensar e em nosso agir, no mundo de hoje, isto é, no nosso tempo. Se no passado o homem estava encerrado numa multiplicidade de esferas tendencialmente concêntricas, a sociedade contemporânea avança para uma acentuada diferenciação onde o indivíduo se torna tanto ele próprio quanto mais assimila traços de universalidade partilhados com outros, tendo agora a oportunidade – nem sempre apreendida, nem sempre feliz – de se realizar (Bodei, 1997: 20-21).

Naturalmente, não faltam resistências às mudanças, o que não significa necessariamente a sua negação; elas são, muitas vezes, produto das oportunidades incontroláveis geradas pela ocorrência precipitada das mudanças. Nguenha compara isto a uma situação em que pessoas se vêem, “*de um momento para outro ao volante de um Porsche que vai a duzentos quilómetros à hora sem lhes terem previamente*

ensinado a conduzir”, o que significa, na sua óptica, “*condená-las inevitavelmente ao desastre*” (Bussotti, 2006: 195). Só que estes problemas devem ser remetidos à consciência (ou inconsciência) individual dos homens, sem, contudo, perdermos de vista as instituições.

Crise da moral ou moral do nosso tempo? Crise de degenerescência ou crise de crescimento? Penso que ambas as coisas. É crise dos fundamentos, que começa com a insatisfação perante os critérios tradicionais de moralidade, até então usados sem contestação, e desemboca na busca de uma nova forma de inteligibilidade do real que as mudanças proporcionam. Portanto, crise de degenerescência e de crescimento, simultaneamente. Degeneram-se os velhos suportes morais e cresce a sociedade sob os novos suportes e em direção a um destino ainda não visualizável, o que pode provocar insegurança quanto ao futuro; daí, as mais diversas formas de agir individuais díspares e desconcertantes. Devemos, pois, ver na *crise da moral* a emergência da *moral do nosso tempo*.

Do papel das instituições socializadoras

As instituições tornam-se cada vez mais indispensáveis com a crescente complexidade da sociedade. Neste sentido, a interação social não pode prescindir da firmeza do comportamento e da expectativa dos homens. Para isso continuam a existir instituições.

Por isso, com as instituições surge (ou deveria surgir) a questão do seu significado moral. Mas, por mais paradoxal que pareça, são as próprias instituições, grosso modo, que se aprofundam em incertezas e no descrédito.

É a elas, pois, antes do ataque à juventude, que se deve lançar o apelo: as velhas respostas já não atendem às questões morais e éticas com que nos defrontamos hoje no nosso dia-a-dia. O seu legado é proporcionar aos homens possibilidades para saberem o que fazer com as suas liberdades em interação com as outras liberdades, como diz Savater (1997: 113), e perceberem a amplitude das suas responsabilidades que advém da capacidade de criticar e de coordenar os seus interesses e desejos.

Provavelmente, e concordando com Durant (S.d: 102), isto forneceria aos homens “*uma moralidade*

equivalente à que as sanções sobrenaturais e o medo à polícia” impõem. Na inteligência que deveria ser ampliada pela educação está, talvez, a virtude capaz de dar sentido à ordem social; está o critério da moralidade que se particulariza e se universaliza. Para tal convém aprendermos a dar um voto de confiança à juventude, beneficiando as *lógicas dialógicas*. Este é um assunto ético-pedagógico de que me dedicarei em futuras abordagens.

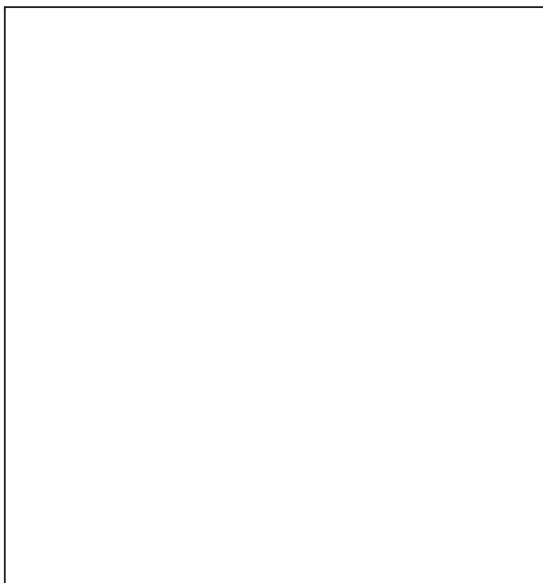
Percebo a presença de inter-relações nas questões éticas, por exemplo, na relação entre o recrudescimento do crime e as alterações no funcionamento do sistema económico que a aplicação da técnica até aqui construiu, mas pretendo, apenas, que os sustos que a actualidade nos provoca não forcem o esmorecimento nem da confiança do homem em si mesmo, na sua capacidade imaginativa e criativa, nem da sua “fé”, no sentido de esperança.

Bibliografia

- BINDÉ, Jérôme. *Para onde vão os valores?* Lisboa: Piaget. 2006.
- BODEI, Remo. *A Filosofia no Século XX*. Lisboa: 70 Lda. 1997.
- BUSSOTTI, Luca (Eds.). *O pós colonialismo na África lusófona – o Moçambique contemporâneo*. Italia: Genova L’Harmattan. 2006.
- CHAMBISSÉ, Ernesto D. et al. *A emergência do filosofar*. Maputo: Moçambique Editora. 2003.
- DURANT, Willi. *Filosofia da vida – os problemas filosóficos da existência humana*. São Paulo: Edição Livros do Brasil. S.d.
- DURKHEIM, Émile. *A educação moral*. Petrópolis: Vozes. 2008.
- GERDES, Paulus. *Etnomatemática*. Maputo: Instituto Superior Pedagógico. 1991.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A sociedade pós-moralista – o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos*. São Paulo: Manole. 2005.
- MORIN/PRIGONINE (Eds.). *A sociedade em busca*

DOSSIERS TEMÁTICOS DE GEOGRAFIA

Os meios de ensino de geografia: sua contribuição para o desenvolvimento de actividades dos alunos na sala de aulas



Maria Mapatse¹⁷

Introdução

O presente texto versa sobre as actividades inerentes ao trabalho com meios de ensino no desenvolvimento das aulas de Geografia. Sugere uma discussão sobre o PEA da Geografia, com intuito de imprimir dinâmica, na qual alunos e professores partilham experiências e conhecimentos no dia-a-dia escolar.

O artigo procura mostrar a importância dos meios de ensino como o livro do aluno e o mapa geográfico para o desenvolvimento das actividades dos alunos na sala de aulas.

É desejo que na escola a disciplina de Geografia proporcione conhecimentos científicos universalmente aceites, de modo a dotar os alunos para uma melhor compreensão da realidade e complexidade do mundo, ou seja que a aula de Geografia seja um espaço de transformação.

Para que tal se concretize o PEA desta disciplina apoia-se em meios de ensino que destacam a questão espacial da distribuição e relações de fenómenos geográficos. Estes materiais propiciam e facilitam as actividades do professor e dos alunos, pois condicionam os métodos de ensino relevantes e adequados para a realização das aulas de Geografia.

A par dos meios de ensino, o PEA serve-se da observação directa, potenciando a vivência e experiência do aluno, pois constituem pressupostos importantes de ligação entre o ensino e a vida prática do aluno.

Neste texto apela-se à reflexão sobre o PEA da Geografia, tendo como fundamento o construtivismo, que alerta para maior diálogo do ensino/aprendizagem no qual ao aluno se incentiva a inclusão e participação efectiva.

¹⁷Licenciada em Ensino de Geografia pela U.P. – Beira e Mestrada em Educação Currículo pela PUC-SP, Brasil. Docente das cadeiras de Metodologia de Investigação Científica, Introdução à Geografia e Práticas Pedagógicas na Delegação da UP – Gaza, onde também é Directora Adjunta para a área da administração.

Para o efeito propõe-se actividades com o livro do aluno e mapa geográfico.

É um convite para que os professores se empenhem na reforma e transformação da escola e da sociedade de modo a constituírem espaços de criação e recriação de ideias, conhecimentos, atitudes importantes para o desenvolvimento e bem-estar social.

1. Os meios de ensino da Geografia

Os meios de ensino da Geografia consistem em mapas, atlas, maquetas, livro do aluno, gravuras, textos de apoio, revistas, jornais, audiovisuais e outros, além da imagem do quadro na qual são projectados esboços, esquemas, tabelas, figuras etc. como indispensáveis auxiliares do PEA de Geografia.

No PEA da Geografia as actividades do professor e dos alunos são condicionados por estes materiais auxiliares, que proporcionam o saber prévio constituído na relação social e não apenas nos conteúdos escolares. Por sua vez este reflecte-se na diversidade sócio-cultural, de tal modo que envolve um diálogo permanente entre o saber local e o saber escolar que se desenrolam na vida quotidiana e, constitui a fonte para a aquisição de novo saber.

(...) Aprender é um processo pessoal e social de construção, de partilha, de comunicação. Nesta construção-partilha-comunicação deverão ser integrados os conhecimentos e as experiências anteriores, os conhecimentos mais recentes e futuros numa dinâmica espontânea e reflexiva de pesquisa e de descoberta permanente. Não é uma questão de memorização mas de memória que nos é essencial (...) (Tavares, 1998:21).

O professor ao servir-se de meios de ensino e de objectos do meio ambiente dispõe-se a estender o PEA da sala de aula para a comunidade local próxima e ou distante da vivência do aluno, estimula os conhecimentos obtidos no quotidiano cultural e assegura as relações sociais de ligação escola-comunidade. Não se trata de retirar a escola da comunidade, nem mesmo de sair da escola, mas de reforçar e estreitar as relações entre estas.

Com este procedimento pretende-se uma atitude alfabetizadora que leve os alunos a partirem da realidade concreta e/ou abstracta e, com a ajuda do professor reflectirem sobre os símbolos que representam os objectos geográficos e estabelecerem linguagens que os caracterizam. Assim, eles podem servir-se da sua experiência para se abstraírem e desenvolverem o seu pensamento pois, *"operar com o significado de coisas leva ao pensamento abstracto"* (Vigotski, 1998:132).

A experiência é registada na memória que é, do ponto de vista psicológico, mais do que pensamento abstracto, a característica definitiva para o desenvolvimento cognitivo. A memória deve traduzir-se na capacidade de estabelecer as relações causais, de modo que o processo de memorização possibilite o reconhecimento da essência dos fenómenos e não simplesmente a nomeação destes (Vigotski, 1998:66-67).

Este deve ser o nosso grande desafio. Aquele que nos remete à avaliação da nossa posição na sala de aulas comparativamente aos resultados, não apenas no que se refere à classificação e aprovação dos nossos alunos, mas sobretudo em relação ao desenvolvimento de capacidades, habilidades e atitudes de reconhecimento e conhecimento do mundo.

As sugestões que se seguem visam incitar ao debate permanente sobre os procedimentos inerentes ao trabalho com os meios de ensino, de modo a orientar mudanças na nossa prática pedagógica na sala de aulas.

É esperança que este texto possa e estimular a todos nós professores de Geografia a pesquisa sobre o PEA de Geografia e contribuirmos deste modo para a melhoria da qualidade de ensino desta disciplina nas nossas escolas.

Lembrar que a habilidade no manuseamento e exploração de meios de ensino desenvolve-se mediante exercício e actividades permanentes com estes, de modo a cultivar-se o hábito que, gradualmente tornar-se-á uma habilidade adquirida.

Isto significa que devemos nos expor e dispusermo-nos permanentemente e de forma contínua ao exercício e ao trabalho com os

meios de ensino.

A descrição que se segue sobre o trabalho com os meios de ensino fundamenta-se nas obras de (Nicolau, 1991) e (Materno, 1972).

1.1. Trabalho com os meios de ensino na aula de Geografia

1.1.1. O livro do aluno

O livro é uma fonte documental e pedagógica de conhecimento que fornece dados e informações científico-didáticos sobre conteúdos de ensino que retratam fenómenos, objectos, factos, processos, modelos, etc.

Consiste em textos; ilustrações como mapas, tabelas, diagramas, e imagens/ fotografias e exercícios.

O livro do aluno destina-se exclusivamente para o aluno. A partir do qual desenvolve actividades inerentes a sua formação dentro e fora da sala de aulas, por isso a sua exploração inicia sob orientação do professor para uma eficaz utilização.

Seguem-se alguns passos relevantes na orientação a dar aos alunos para a utilização do seu livro:

- a) Fase inicial - Apresentação do livro do aluno: O professor faz a apresentação do livro como meio de ensino/aprendizagem; O professor dá orientações para uma leitura correcta, por exemplo, título, subtítulo, capítulo, subcapítulo, página, parágrafo, imagem; O professor analisa conjuntamente com os alunos as propostas do livro, por exemplo, organização do livro, actividades, exercícios.
- b) Fase seguinte - Trabalho com o livro do aluno: O professor ou um dos alunos lê em voz alta parágrafos do texto, os alunos seguem silenciosamente. Levanta questões que orientam a leitura e exploração de ilustrações de acordo com os objectivos da aula; O professor vai explicando as partes ou termos geográficos novos ajudando a assinalar o mais importante; Seguidamente os alunos relatam ou descrevem por suas

palavras o conteúdo da leitura e ou da ilustração, assinalando o mais importante. Os alunos podem resumir por escrito, ou oralmente e a exposição deve ser objecto de debate; O professor faz a sistematização.

Deve ser um exercício contínuo e permanente na sala de aulas de modo a levar o aluno ao trabalho independente de busca de conhecimento a partir de fontes sugeridas no seu livro e não só, como em outras literaturas.

Cultivar o hábito de ler é proporcionar ao aluno uma atitude de independência, de reflexão e, de produção de conhecimento, permitindo maior criatividade e minimizando a sua dependência pelo professor.

A leitura não deve ser ocasional mas, orientada a responder aos objectivos escolares, por isso recomenda-se que o professor inicie o aluno na sala de aulas. Este por sua vez, ao sentir-se devidamente estimulado irá certamente valorizar o seu livro e os ensinamentos que lhe proporciona.

1.1.2. Mapa Geográfico

O mapa constitui uma representação cartográfica de objectos e ou fenómenos da geográficos. É uma reduzida e plana da superfície terrestre com recursos a métodos matemáticos e geométricos.

Na sala de aulas de geografia o mapa é indispensável para aferir a distribuição geográfica dos fenómenos e objectos geográficos, permite a viagem para as diferentes partes do mundo e revela a imagem espacial e ou global do planeta. O professor estimula os alunos a exploração deste meio de ensino, desenvolvendo as seguintes actividades na sala de aulas:

- a) Fase de iniciação do trabalho com o mapa
 - O professor orienta os alunos para a observação do mapa para que possam reconhecer os seguintes elementos: Orientação do mapa (pontos cardeais), Título do mapa, Escala do mapa, Sinais convencionais e Legenda.

- O professor incita os alunos a identificação dos elementos acima mencionados dando atenção especial à leitura dos sinais convencionais com a ajuda da legenda;
- O professor orienta os alunos para a localização dos objectos com base nas coordenadas geográficas (paralelos e meridianos);
- O professor dá a noção de escala para demonstrar a proporcionalidade dos objectos no terreno e aqueles representados cartograficamente no mapa;
- O professor faz a comparação dos objectos e fenómenos em mapas de diferentes temas, para estabelecer conexões entre fenómenos (relação causa/efeito);
- O professor explica a determinação da relação causa/efeito dos objectos e destes com o território;
- O professor tira as conclusões com base em associações/deduções lógicas obtidas através do estudo dos objectos cartografados.

Estes procedimentos visam levar o aluno a desenvolver habilidades de trabalho independente com o mapa que não se resumem apenas na localização mas, também na leitura e interpretação dos objectos nele representados.

É relevante no PEA de Geografia a habilidade de comunicação através do mapa, pelo qual o aluno simula a distribuição de objectos no globo e manipula as conexões, desenvolvendo também o saber fazer. O aluno cria o hábito de trabalho com o mapa que o levará a alcançar a habilidade de localização dos fenómenos que vai interpretar (a interpretação é uma capacidade cognitiva).

Recordar que sem conhecimentos não há habilidades. Por isso o mapa é um complemento do PEA no qual os alunos tiram conclusões sobre a distribuição dos fenómenos e respectiva causa.

Conclusão

É imperativo o trabalho com os meios de ensino no PEA na sala de aulas. Os meios de ensino

proporcionam tarefas de observação, manipulação, simulação, demonstração tanto pelos alunos como pelos professores sobre os fenómenos e objectos geográficos, conteúdos escolares da disciplina de Geografia. Estas tarefas definitivamente superam a fraca actividade dos alunos na sala de aulas, que se tem resumido em escutar, anotar e responder às questões que o professor dispõe.

Elas despertam nos alunos a curiosidade impelindo-os à uma atitude de reflexão e problematização que à partida vai proporcionar questionamentos que necessitam de respostas e, cada vez mais perguntas e respostas num processo dialéctico que motiva a produção de conhecimentos.

No entanto para que efectivamente o trabalho com os meios de ensino produza os efeitos desejados, é importante a sua presença e exploração contínua e permanente, pois, só com hábito e exercitação os alunos poderão desenvolver as capacidades, habilidades e atitudes na compreensão dos fenómenos que caracterizam o mundo.

Bibliografia

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

MATERO, Francisco. *Metodologia de la Geografia*. Havana: Instituto de el Libro. 1972.

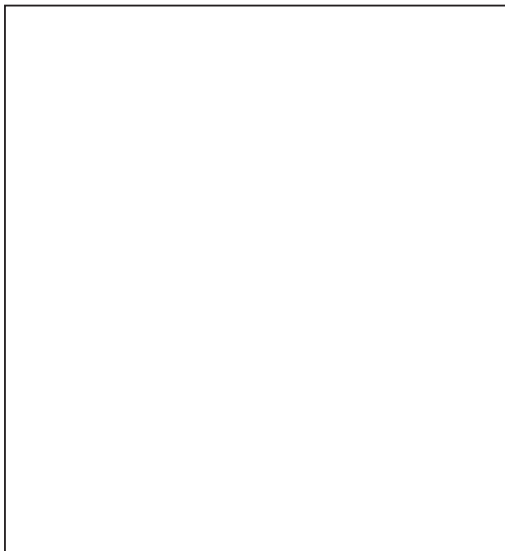
NICOLAU, Graciela Barroquê. *Metodologia de la Enseñanza de la Geografia*. S.l: Editorial Pueblo Educación. 1991.

TAVARES, José. Construção do conhecimento e aprendizagm. In: ALMEIDA, Leandro e

TAVARES, José et al (Orgs). *Conhecer, aprender, avaliar*. Porto: Porto Editora. 1998.

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da Mente: O desenvolvimento dos processos Psicológicos Superiores*. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

Impacto Sócio – Económico da Actividade Turística em Mocambique: o caso da Ilha de Inhaca(2000-2004)



Dário Manuel Isidoro Chundo¹⁸

O presente artigo pretende analisar e reflectir sobre a problemática em torno do conceito turismo e o impacto sócio económico da actividade turística na Ilha de Inhaca, no âmbito da contribuição do sector para geração de receitas no país.

“O turismo apresenta efeitos económicos, sociais, culturais e ambientais múltiplos, e que se deve assumir que seus resultados sejam equivalentes para todas as pessoas envolvidas. É evidente que ocorrem implicações de desigualdade em termos de distribuição de benefícios e de custos, apesar de toda a grandiosidade que a actividade propicia...” (Lage e Milone, 2000: 117)

O potencial do turismo de Moçambique é invejável, pois possui 2700km de litoral tropical, biodiversidade de grande valor ecológico, incluindo espécies endémicas e um património histórico-cultural bastante rico.

No âmbito da região oriental de África, Moçambique é um país que dada a sua localização geográfica, apresenta características únicas e peculiares em termos de diversidade, riqueza das suas espécies e qualidades marinhas, uma vez que o oceano Indico com a sua

Em Moçambique, o sector do turismo tem como objectivo geral obter dos recursos turísticos o máximo de benefícios sociais e económicos para a população, devendo proporcionar condições adequadas para o bem-estar e descanso de cidadão (nacional e estrangeiro) e criar uma maior aproximação cultural com outros povos, incrementando as receitas do Estado em moeda externa e interna, assim como aumentar a oferta do emprego. É pois sobre este assunto que o tema trata, concentrando-se na Ilha de Inhaca.

água quente constitui um habitat favorável para muitas espécies costeiras marinhas.

A Ilha de Inhaca possui excelentes condições físico-ambientais para a prática e desenvolvimento da actividade turística. Entre os principais atractivos da Ilha podem especificar-se a existência de praia (areias brancas, águas límpidas e com ondas propícias para a prática de desportos aquáticos) e os recifes de corais.

O Conceito turismo

“O Turismo vem do francês “tourisme” e do inglês “tourism” e significa o gosto pelas viagens ou por excursões recreativas” (Derruau, 1973: 87).

O Turismo é um fenómeno muito complexo e multidisciplinar. O seu conceito tem sido objecto de diversas definições e abordagens, na medida em que envolve diferentes áreas e campos de estudo. Pode-se afirmar que não existe consenso sobre a definição de turismo, mas sim definições que se estabelecem do lado da procura ou do lado da oferta, e pode também ser definido à luz dos objectivos e das percepções das entidades envolvidas em certa investigação.

A conceituação mais antiga ainda utilizada pertence ao economista austríaco Herman Von Shullard que, em 1910, conceituou turismo como: *“a soma das operações especialmente as de natureza económica, directamente relacionadas com a entrada, permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”* (Oliveira, 2002: 35). Como se pode depreender ênfase

¹⁸Docente das cadeiras de Metodologia de Investigação Científica, Práticas Pedagógicas e Estudos de Recursos Pedológicos do Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências Sociais.

é dada ao turismo internacional.

Para Hunziker e Krapf, citado por Cunha (1997) o turismo é:

“o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma actividade lucrativa principal, permanente ou temporária”(8).

Em 1991, a Organização Mundial do Turismo (OMT) definiu o turismo como: *“um fenómeno que compreende as actividades desenvolvidas por pessoas ao longo de viagens e estadias em locais situados fora do seu enquadramento habitual, por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios e outros.”* (Ibid.: 9).

O conceito da OMT sofreu algumas alterações, pois de acordo com Oliveira (2002) a OMT tinha definido turismo como sendo: *“o fenómeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se trasladam a um ou mais locais diferentes de sua residência por um período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar dos mercados de trabalho e capital dos locais visitados”*(35).

A definição da OMT procura padronizar o conceito de turismo nos vários países membros dessa organização, mas não serve para definir a real magnitude deste fenómeno. Já que o conceito turismo é uma matéria bastante controversa segundo vários autores e por sua vez o seu estudo de cunho científico só iniciou há poucas décadas.

Segundo Mathieson e Wall (1997) o turismo *“é o movimento temporário de pessoas para fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, as actividades desenvolvidas durante a sua permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades”*(10).

De acordo com McIntosh e Gupta *“o turismo é uma ciência, arte e actividade capaz de atrair, transportar e alojar visitantes, com o objectivo de satisfazer as suas necessidades e seus desejos”* (Oliveira, 2002:39).

Como se pode perceber, nestes dois conceitos de turismo incluem-se todas as actividades exercidas pelos viajantes, uma vez que todos consomem bens e serviços em comum.

Na óptica de Oliveira (2002):

“denomina-se turismo o conjunto de resultados de carácter económico, financeiro, político, social e cultural produzidos numa localidade, decorrente do relacionamento entre os visitantes com locais visitados durante a presença temporária de pessoas que se deslocam do seu local habitual de residência para outras, de forma espontânea e sem fins lucrativos” (36).

A Política Nacional do Turismo de Moçambique (1998) define turismo como *“o conjunto de inter-relações e fenómenos resultantes da viagem e estadia dos não residentes desde que não os leve a tomar residência permanente e não sejam ligados a qualquer actividade remunerada”*(2)

A maior parte das definições do turismo excluem as viagens desenvolvidas por motivos de negócio. No entanto, essas viagens são responsáveis por grande parte da ocupação dos meios de transportes, dos hotéis, dos espaços de eventos e outros, e isso é considerado empreendimento turístico. Não é por outra razão que se desenvolveram os termos de negócio ou turismo de eventos. É aceitável, portanto, admitir que o turismo de negócio antecedeu o turismo de lazer.

Convém, a partir dessas definições, reter três elementos que são comuns e integram o conceito de turismo: A deslocação e o lugar de residência, pois o indivíduo deve deslocar-se para um local diferente do seu domicílio (Espacial); Deve ter uma permanência, tendo-se convencionado que esta deverá ser no mínimo de 24 horas e no máximo de seis meses (Temporal); E sem exercer nenhuma actividade remunerável (Actividade).

Difícilmente qualquer definição de turismo, que se estabeleça, conseguirá abraçar todas as formas do fenómeno, e as tentativas de clarificação do mesmo, resultam, regra geral, no somatório das anteriores, atribuindo-lhes um maior grau de complexibilidade.

Na natureza deste trabalho, consideramos turismo um deslocamento de pessoas singulares ou em grupo, mas que não exerçam actividades que lhes revertam algum rendimento, tendo em conta o tempo de permanência.

Turismo Integrado, entende-se como o seguimento da actividade turística que utiliza, busca a formação de uma

consciência ambientalista por meio de interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Existem várias denominações a respeito desse turismo integrado em atractivos naturais: turismo ecológico, ecoturismo, turismo de natureza, etc.

Hoje existe um consenso mundial de que o turismo integrado tende a firmar-se em quatro pilares: a ambiental, principal fonte de matéria prima dos atractivos; o social, e aí se entende em sua abrangência, a comunidade receptora, o património histórico-cultural e a interacção com os visitantes, ao mesmo tempo em que eleva o padrão de vida e a auto-estima dessa comunidade; o económico, com todos os interrelacionamentos e interdependências da cadeia produtiva, permitindo sua articulação com a identificação correcta de suas unidades de produção e de negócios para estabelecer uma rede de empresas a fim de actuar de forma integrada, proativa e interactiva, obtendo níveis de comparatividade e produtividade para o alcance da competitividade; o político, que se instrumentaliza mediante estratégias de gestão que possibilitem coordenar as iniciativas locais na criação de um entorno emulativo de produção, favorecendo o desenvolvimento sustentável.

Enfim, o Turismo Integrado, em sua vasta e complexa abrangência, envolve: compreensão dos impactos turísticos; distribuição justa de custos e benefícios; geração de empregos locais directos e indirectos; fomento de negócios lucrativos; injeção de capital com consequente diversificação da economia local; interacção com todos os sectores e segmentos da sociedade; desenvolvimento estratégico e logístico de modos de transporte; encorajamento ao uso produtivo de terras tidas como marginais (turismo no espaço rural); subvenções para os custos de conservação ambiental.

É pensando nas futuras gerações que na Inhaca (seguindo-se o P.D.I.I,1990:93) se tem desenvolvido um turismo integrado que respeita o meio ambiente e a capacidade de carga da ilha. Este tipo de turismo tem como metas não degradar o meio ambiente e desenvolver-se de maneira a intervir o mínimo possível na realidade sócio/ cultural e ambiental da Inhaca.

Condições Gerais para o Desenvolvimento do Turismo da Ilha de Inhaca

A Ilha da Inhaca constitui um território com características singulares, albergando ecossistemas naturais de grande beleza e valor ecológico, dispondo de notáveis possibilidades de desenvolvimento turístico. O património natural da ilha inclui uma ampla diversidade de espécies terrestres e marinhas e a sua importância pode ser aferida pelas seguintes características:

- Riqueza ecológica única, albergando ecossistemas próprios de zonas tropicais numa latitude marcadamente subtropical. A ilha possui os corais de superfície mais a sul do continente e constitui um centro de desenvolvimento e reprodução de tartarugas marinhas, espécies consideradas em extinção e protegidas internacionalmente, comunidade de mangais que marginam a linha costeira da ilha e constituem uma das mais setentrionais florestas deste tipo na costa oriental de África. Acredita-se que exemplares de dugongos ainda vivam nas águas que banham a ilha, embora sejam cada vez mais raros;
- Beleza paisagística reconhecida internacionalmente e enor-mes possibilidades de exploração turística. Presentemente, pela situação de tranquilidade, a ilha oferece condições imediatas para o incremento da actividade turística devido aos seguintes factores: Fácil acesso para habitantes de Maputo, cidade com carência de zonas de recreação e lazer e Constitui a ilha mais próxima da Africa do Sul, quer dizer, a apenas uma hora de voo de Johannesburgo.
- Antigas tradições populares que se degradaram nas áreas urbanizadas preservam-se intactas na ilha, acreditando-se que importa manter vivo esse património cultural;
- Grande parte do seu território possui o estatuto de reserva e está sujeito a um estatuto especial de protecção.

Principais Atracções Turísticas.

A Ilha da Inhaca é constituída pela oferta turística primária que é constituída pelos recursos naturais a saber: praia, flora, fauna, multiplicidade histórica e

cultural e também pela oferta secundária constituída pelo conjunto de infra estruturas criadas para o interesse e directamente relacionadas com o turismo: também possui museu do tipo marinho e terrestre, de insectos e de recifes de corais; acampamento da Ponta Torres e na Ilha dos Portugueses; recifes de corais (Barreira Vermelha e Ponta Torres); reservas florestais; observação de tartarugas marinhas e de golfinhos; praias; a pesca desportiva e submarina. Paralelamente a isto, a simpatia dos habitantes locais que convida os turistas a aventurarem-se pelos caminhos da ilha e a conhecerem inúmeras lendas que fazem de inhaca um destino mítico e o sol e o mar são também atractivos turísticos importantes e inhaca possui ambas praticamente, durante todo o ano.

A praia de Santa Maria, na zona Sudeste da Ilha, tem como ponto alto as rochas totalmente cobertas de conchas (aguçadas como facas) e uma linha de corais, ideal para a prática de “ Snorkling”, mergulho em apneia que permite, deslumbrar dezenas de pequenos peixes coloridos e inquietos. A preferência dos turistas vai contudo para a zona Norte da Ilha, onde está instalado o farol. A vista aqui é deslumbrante, o mar tem uma cor fabulosa e diversos bancos de areia.

O Grupo Pestana Hotels & Resorts acaba de introduzir um novo produto turístico na ilha de Inhaca denominado “Passeio Pedestre”. O objectivo é de mostrar aos turistas os aspectos menos explorados daquela reserva natural, onde a população ainda preserva um modo de vida tradicional.

Para o efeito, a Pestana Hotels & Resorts, que possui um "lodge" naquela ilha, iniciou em Junho de 2004 dois passeios denominados: “A Essência de Inhaca” e a “ A Magia do Farol”.

O passeio “A Essência de Inhaca” é efectuado durante a parte da tarde e dura cerca de duas horas e meia a três horas. Observa-se o esquema do passeio a seguir: Museu de Biologia Marítima de Inhaca; Machambas ; Residências Familiares; Observação do ambiente natural do Mangal e Observação do saco da Inhaca.

O segundo passeio “A magia do Farol” começa cedo, de manhã. a figura ilustração do esquema do passeio: fundo do "Langue Funguine" Zonas de Mangal; Observação do Farol e Mergulho nas agua cristalinas da praia.

É de salientar que um dos aspectos que o grupo fez questão de focar é o envolvimento das comunidades locais no processo. Por isso os guias dos passeios pedestres são oriundos da população local e para estes, na sua maioria, constitui o seu primeiro emprego.

De acordo com o gerente do Hotel, o seu estabelecimento realizou já cerca de 300 passeios pedestres, com um envolvimento significativo por parte da comunidade local no fornecimento de informações aos turistas que, por sua parte, tiveram curiosidade de conhecer mais aspectos sócio culturais dos ilhéus.

Estes dois passeios pedestres ilustram os ganhos directos da população através do desenvolvimento da actividade turística, pois para além da criação de novos postos de trabalho, adquiri-se experiência de contacto directo entre a população e turistas.

Dos vários tipos de turismo praticados a Ilha de Inhaca possui os seguintes :

O turismo de evento, ocorre na Ilha pelo facto do "lodge" reunir condições apropriadas para o desenvolvimento deste tipo de turismo pois possui uma sala de conferência com capacidade de albergar cerca de 60 participantes. Pois um evento movimenta um grande número de profissionais, durante a sua realização, provocando uma grande movimentação económica na Ilha de Inhaca. É importante observar que o turista de evento é motivado por interesses profissionais, mesclando actividades de trabalho e lazer, tornando-se um consumidor com grande potencial de consumo de itens de diversão. Outro aspecto importante do turismo de eventos é o facto do turista poder retornar, depois, com a família, para os locais que mais lhe agradaram.

O Hotel Inhaca já realizou diversos eventos no âmbito nacional e internacional como, por exemplo, no dia 2-10-2002, ocorreu o IV congresso de Turismo Cultural, Lusofonia e Desenvolvimento e o 2º encontro internacional de fotografia denominado foto festa; no dia 19 de Maio de 2004 realizou-se a reunião constitutiva da rede de investigação ecológica e ambiental e o festival cultural, este no dia 12-8-2004. Em meados de Março de 2005 decorreu um seminário no qual o hotel convidou o grupo cultural da casa

velha de Maputo (vocacionado na dança tradicional e moderna), cujo objectivo era entreter os participantes e os hóspedes durante o período do evento nas tardes e nas noites, durante dois dias. No presente ano de 2005 na agenda do Hotel está programado o III Congresso sobre planeamento e gestão das zonas costeiras dos países de Expressão Portuguesa sob tema Perspectivas de Gestão e Sustentabilidade da zona Costeira nos dias 9,10,11 de Agosto de 2005.

O turismo desportivo, efectiva-se ao nível da pesca desportivo, do ski-aquático, o mergulho em apneia e as excursões de veleiro. Para além disso, ocorrem competições de pesca e de vela, pois não é preciso mergulhar para que sejam encontrados vistosos equinodermes, conchas exóticas, bancos de coral com a sua graciosa fragilidade. O hotel, por sua vez, possui infraestruturas para a prática de actividades desportivas como o ténis de campo, o paraquedismo, voleibol e futebol de praia

Um dos produtos turísticos mais procurados pelos turistas nacionais e estrangeiros é a gastronomia local confeccionada no Restaurante Lucas e no Café Bar Carioca.

Também ocorre a prática do turismo de repouso principalmente nas épocas baixas e o turismo cultural que é praticado por alguns turistas desejosos em aumentar os seus conhecimentos acerca dos usos e costumes dos Ilhéus.

O impacto do turismo

“Estudos recentes mostram que o turismo apresenta

efeitos económicos, sociais, culturais e ambientais múltiplos e que não se deve assumir que seus resultados sejam equivalentes em todas as partes e igualmente para todas as pessoas envolvidas” (Beatriz & Milone, 2000:117). É evidente que ocorrem implicações de desigualdade em termos de distribuição de benefícios e de custos, pois os gestores dos estabelecimentos turísticos têm um ganho relativamente maior que a comunidade local. A importância do turismo na economia nacional poderá ser avaliado não só pelo emprego que proporciona, mas ainda pelo seu contributo na formação do produto nacional.

Impacto Económico do Turismo

“A geração do emprego pode não ser o maior objectivo de todo o desenvolvimento turístico, mas é certamente um dos seus principais resultados visto que o turismo, como uma actividade que envolve serviços, tem uma capacidade quantitativa significativa de gerar empregos” (Beatriz & Milone, 2000: 118 e 119).

Segundo Gerard Guibilato (citado por Baptista 1997), há que distinguir três categorias de emprego turístico, nos aspectos quantitativos:

Emprego directo, isto é, actividades como as seguintes: alojamento, restauração, transporte, organização turística, formação turística, e outros. Na Ilha de Inhaca o sector do turismo emprega os seguintes trabalhadores em função das actividades directamente relacionadas:

Actividades que Empregam o Turismo

Hotel Inhaca
Estação de Biologia Marítima
Índigo charters
S.T.I.L
Restaurante Lucas
Café bar Carioca
Inhaca Azul Lodge
Gone Fishim
Acampamento Inhaca Zoulo
Residência de João Francisco Vinagre
Acampamento Ramos Chocomo
Acampamento Elias
Coconut Lodge
Residencial Xipiritana
Acampamento Nick Raba
Casa da Educação
Acampamento Silves Tayle
Acampamento Inhaca Zampoia
Acampamento Salvador Inhaca
Acampamento Jobula do Sr. Francisco Ferreira
TOTAL

Fonte: Tabela Elaborada pelo autor com base nos dados fornecidos pelos diversos estabelecimentos turísticos.

mesma forma que esta entrada de recursos aumenta a renda local, também provoca uma maior pressão inflacionária. Normalmente, os turistas têm sempre uma maior capacidade de gastar mais que os residentes locais, pela capacidade de pagar e por necessitarem dos produtos, isso faz com que seus preços, bem como os dos demais bens e serviços existentes na Ilha, sejam elevados especialmente, durante a alta estação turística (Páscoa, Natal e o Fim do Ano). Esta pressão inflacionária, segundo Lage & Milone, é prejudicial às populações das regiões turísticas pela alta dos preços

Impacto Sócio – Cultural do Turismo

De acordo com Beatriz & Milone (2000:125) "*o turismo tem um impacto muito positivo, acreditando-se que ajuda a eliminar diferenças sociais e culturais artificiais, possibilitando uma mútua sobrevivência das sociedades e uma crescente compreensão intercultural*".

Analisando, em particular, o chamado efeito imitação, observamos que o turismo tem um impacto indirecto

sobre o hospedeiro, causado pela simples presença dos turistas. No caso particular dos bairros Ridjene e Nhaquene, constatamos que a população local procura adoptar e imitar os padrões de consumo dos turistas como por exemplo o consumo de bebidas, e a maneira de vestir. Neste caso concreto, a maior parte dos guias turísticos (adolescentes e Jovens) procuram imitar a linguagem (a língua inglesa) e hábitos, onde procuram um maior enquadramento e comunicação com os turistas.

O turismo é um factor de aproximação das pessoas, pois quem viaja aprende sempre mais, mas quem recebe o turista também transmite cultura e assimila novos conhecimentos.

A presença de turista permite também proporcionar festivais tradicionais que estimulam o cultivo de tradições populares, valorização da gastronomia tanto regional como tradicional, e o artesanato e outras práticas que reforçam a identidade cultural.

O desenvolvimento do turismo contribuiu para o melhoramento de infra-estruturas sociais como, por exemplo, a introdução do transporte marítimo diário entre Maputo e Inhaca denominado STIL (Serviços de Transportes de Inhaca limitada) e o aparecimento da energia eléctrica etc.

Impacto do Meio Ambiente

Certas actividades turísticas têm danificado particularmente o ambiente costeiro. Por exemplo, na Ilha de Inhaca os recifes de corais são extremamente sensíveis à perturbação e em algumas áreas foram danificados extensivamente por mergulhadores recreativos com barco com fundo de vidro para ver os recifes de corais, e o movimento do tráfico de barco que aumenta, tem contribuindo para o aumento dos riscos de poluição por combustíveis.

O desenvolvimento do turismo traz impactos de todos os tipos e modos específicos, como prejuízos para o solo e para a vegetação, poluição dos cursos de água, perda de vida da flora, fauna e habitat selvagem, além do vandalismo e outros danos

Durante a temporada alta, os grandes contingentes de turistas geram abundantes volumes de desperdício (lixo), contribuindo para a contaminação ambiental

nas praias e mar. Por outro lado, os pescadores de invertebrados, geralmente mulheres e crianças, têm geralmente perturbado o ecossistema marinho através de exploração indiscriminada de recursos como corais, caracóis e moluscos para a venda aos turistas.

Considerações finais

O turismo emerge como principal motor de desenvolvimento da Ilha (ao lado da pesca), pela possibilidade que oferece para a necessária diversificação de actividades geradoras de renda na Inhaca. Por outro lado, nenhum outro sector tem a mesma capacidade de se compatibilizar com os diferentes interesses que estão relacionados com a Inhaca, tanto a nível local quanto a nacional e regional.

O turismo é um elemento que cria uma certa distribuição de renda na Ilha de Inhaca, pois essa actividade tem influenciado a população e tem um lugar primordial na economia e, por outro lado, é um elemento de aproximação cultural e de difusão cultural.

Os fluxos económicos e financeiros nem sempre revertem para os Ilhéus onde se desenrola. O carácter especulativo de bens e serviços anula muitas vezes as supostas vantagens da indústria turística e o efeito multiplicador é mais baixo do que o previsto.

Embora o desenvolvimento do turismo traga benefícios para toda a comunidade e muitas vezes seja defendido como indústria limpa, o turismo tem a sua participação na degradação do meio ambiente.

Bibliografia

- ARROTEIA**, Jorge Carvalho. *O Turismo em Portugal: Subsídio para o seu conhecimento*. Aveiro: Edição Fundação João Jacinto de Magalhães, 1991.
- BAPTISTA**, Mário. *Turismo Competitividade Sustentável*. , Lisboa/São-Paulo: Editorial Verbo, 1997.
- BAPTISTA**, Mário. *O Turismo na Economia: Uma abordagem Técnica, Económica, Social e Cultural*. Lisboa: Edição Instituto Nacional de Formação

- Turística, , 1990.
- CHUQUELA**, Lucilia. *Estudos da Pescaria de arrasto na zona Ocidental da Ilha de Inhaca*, (Tese de Licenciatura), U.E.M, Maputo Junho de 1996.
- DIAS**, João B.(coordenador geral), *Plano de Desenvolvimento Integrado na Ilha de Inhaca*. Maputo: Instituto Nacional de Planeamento Físico, 15 de Julho de 1990.
- COUTO**, Mia & **RASSUL**, Marco Jorge (coordenador). *Mitos e Lendas na gestão tradicional dos recursos naturais (Ilha da Inhaca)*. Maputo: Edição Projectos e Estudos do Impacto Ambiental, Lda; s/d.
- CUNHA**, Licínio. *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: Editora McGraw-Hill , , 1997.
- DINATUR**. *Plano de Desenvolvimento Turístico em Mocambique*. Maputo, 1997.
- ESTUDANTES DE GEOGRAFIA 4º ANO**. *Avaliação da capacidade de carga turística da Ilha de Inhaca*, U.E.M, Maputo, 1998.
- GONCALVES**, Alexandre Rodrigues. *Temas do Turismo, A Componente cultural do Turismo Urbano como Oferta Complementar ao produto “ Sol e praia “ O Caso de Faro e Silves*, Edição Gabinete de Estudo e Prospectivas Económica (GEPE) e Instituto de Financiamento e apoio do Turismo (IFT), Lisboa, Maio 2003.
- GUAMBE**, José Júlio. *Ecoturismo na Região da Barragem dos Pequenos Libombos*. (Tese de Licenciatura), U.P, Maputo Julho de 2000.
- GARRIDO**, Dulce & **COSTA**, Rui. *Dicionário de Geografia*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- IGNARRA**, Luis Renato. *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira Thonsom Learning , 2001.
- JANEIRO**, Joaquim António. *Guia Técnico de Hotelaria, A arte e a ciência dos modernos serviços da restauração*. 2º Edição, São Paulo: Edições CEPOP, 1991.
- LAGE**, Beatriz Helena & **MILONE**, Paulo César. *Bases para a Elaboração de um Trabalho Científico no Turismo*. In: LAGE, Beatriz & **MILONE**, Paulo (org.) *Teoria e Prática*, São Paulo: Editora Atlas, 2000.
- LAGE**, Beatriz Helena & **MILONE**, Paulo César. *Impactos Sócio Económico Globais do Turismo*. In: LAGE, Beatriz & **MILONE**, Paulo (org.) *Teoria e Prática*. São Paulo: Editora Atlas, 2000.
- LAGE**, Beatriz Helena & **MILONE**, Paulo César. *Fundamentos Económico do turismo*. In: LAGE, Beatriz & **MILONE**, Paulo (org.) *Teoria e Prática*, São Paulo: Editora Atlas, 2000.
- LAKATOS**, Eva Maria & **MARCONI**, Marina de Andrade. *Metodologia do Trabalho Científico*. 4ª Edição, São Paulo: Editora Atlas S. A, 1992.
- MATA**, Eusebio & **DE JESUS**, Juvêncio. *Plano de Desenvolvimento da Ilha de Inhaca: Descrição do Zoneamento do uso da Terra*. Instituto Nacional de Planeamento Físico, Maputo, Outubro de 1990.
- MITUR**, *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-2013)*.
- MITUR**, *Balanco sobre o Desempenho do Sector do Turismo no periodo 2000/2004*. Pemba, 30 de Junho a 2 de Julho de 2004.
- MITUR**, *Política do Turismo e Estratégia da sua Implementação*. Resolução nº 14, de 4 de Abril de 2003.
- OLIVEIRA**, Antônio Pereira. *Turismo e Desenvolvimento: Planeamento e Organização*. São Paulo: Edição Atlas, 2002.
- POLITICA NACIONAL DO TURISMO**, Maputo, Maio de 1995.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO EM MOÇAMBIQUE**. Maputo: Dinatur, 1997.
- QUILAMBO**, Carlota. *Condições Naturais e Ecologia da Ilha de Inhaca*. MICOA,
- SANCHES**, J. Gonçalves, *Valor Comercial das pescarias da Ilha de Inhaca (Moçambique) em 1957-1988*, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa: 1961.
- TRIGO**, Luiz Gonzaga Godói, *A Importância da Educação para o Turismo*, In: LAGE, Beatriz & **MILONE**, Paulo (org.) *Teoria e Prática*, São Paulo: Editora Atlas, 2000.

DOSSIERS TEMÁTICOS DE HISTÓRIA

Política e Sistemas de Administração Colonial em África



Carlos Mussa¹⁹

Introdução

Tudo leva a crer que os principais problemas e desafios de África hoje são, entre outros: a problemática da democracia, a questão do desenvolvimento, o problema da falta de integração da juventude, a luta contra HIV/SIDA, paludismo, cólera e outras pandemias, a problemática da educação e do analfabetismo, a falta de infra-estruturas e a destruição do meio ambiente.

O Paradigma desenvolvimento e administração obriga-nos a revisitar os sistemas de administração colonial, para tentar compreender, porque os Estados africanos se transformaram em territórios onde a Gestão do Estado passou a ser uma coisa banal.

1. Sociedade e Política de Administração Colonial

Os principais historiadores de África têm opiniões profundamente divergentes, quanto ao período

Este artigo procura apresentar um estudo sucinto acerca da política e administração colonial em África. O tema discute os sistemas de administração colonial numa perspectiva histórico-social e política.

colonial. Para alguns, os territórios africanos foram colonizados durante 500 anos. Para outros, a colonização europeia em África foi um episódio que nem sequer fez 100 anos. Assim, os últimos realçam, o facto de que da Conferência de Berlim (1884-1885) e desde o final da I Guerra Mundial (1914-1918) até ao momento das primeiras independências da África Negra (Gana, em 1957) o tempo decorrido não é tão longo, são cerca de 70 a 50 anos de colonização e mudanças de facto. No caso do Gana perfaz apenas cerca de 39 anos (1918-1957). Contudo, apesar deste curto período, os regimes coloniais provocaram alterações estruturais profundas nas sociedades africanas.

A sociedade colonial caracteriza-se por ser dirigida por dois tipos de autoridade: o a autoridade colonial e a autoridade tradicional. Este poder colonial apoia-se na burocracia e na lei escrita, enquanto o poder e a autoridade africana tradicional recorre ao uso do direito costumeiro, cujos alicerces são os usos e costumes e os hábitos locais. Diante do mundo, o colonialismo esforça-se em provar que existe uma sociedade multiracial sem desqualificação e exclusão, mas na prática o racismo está sempre presente. Na hierarquização da sociedade colonial temos em primeiro lugar os colonos, os brancos naturais da África, os asiáticos e chineses, os mulatos e os negros assimilados e os indígenas finalmente.

Ao longo do período colonial houve uma miscigenação cultural, criou-se uma comunidade cosmopolita, houve tentativa de destruir a tradição política africana. Noutros casos, o impacto da actuação

¹⁹Carlos Mussa é: Doutorado em História Contemporânea pela Université de Poitiers (França); Mestrado em História e Civilização: Sociedade, Cultura e Religião (Université de Poitiers); Licenciado em Ensino de História e Geografia (Universidade Pedagógica-Maputo); professor de Contabilidade. Actualmente é docente de: História Política (No Curso de Bacharelato e Licenciatura em Ensino de História.); Ciência Política (No Curso HIPOGEP); Economia Política e História Comparada dos Séculos XX-XXI (No Curso de Mestrado em Educação/Ensino de História). Ele é coordenador pedagógico do Curso HIPOGEP. Igualmente, ele coordena o Curso de Contabilidade e Auditoria na ESCOG. É colaborador da Revista Síntese, desde a sua fundação.

colonial permitiu a renovação e resistência do “modus vivendi” africano. No entanto, o novo, não se limitou a destruir o antigo, antes pelo contrário procurou integrá-lo e revitalizou-o em proveito do sistema de administração colonial.²⁰

A grande inovação consistiu na integração e minimização do papel das autoridades gentílicas indígenas em proveito do poder colonial. Apesar disto, os africanos sempre resistiram às mudanças e, em cada fase, eles tentaram adaptar-se aos mecanismos da actuação das autoridades coloniais.

Entre outras novidades trazidas pelo regime colonial importa indicar: o capitalismo, a urbanização, o cristianismo, o islamismo, a alteração das relações familiares e étnicas. A introdução do casamento monogâmico originou o fenómeno do amantismo e prostituição em larga escala, porque, na sua maioria, os africanos são polígamos. Embora isto tenha ocorrido, ver o colonialismo como destruidor da antiga tradição africana sem ter em conta a resistência dos povos africanos, seria subestimar o papel da liderança dos chefes africanos. O rápido crescimento da população africana exigia uma nova dinâmica na maneira de gerir o poder nas colónias.

Em geral, o sistema de administração variou em função do colonizador e do tipo de colónias. As colónias foram classificadas em: colónias de enraizamento ou de povoamento e colónias de exploração. As primeiras tinham como objectivo principal serem centros receptores da população europeia excedentária, mediante a aplicação da política de colonatos. Esta medida tinha em vista acelerar o crescimento da população europeia nas regiões colonizadas. As colónias de exploração tinham como características a existência de uma população europeia pouco representativa. Nestas, a prioridade não era povoar com europeus mas sim assegurar a exploração de recursos e da mão-de-obra africana para obter maiores lucros.²¹

Nas colónias de exploração priorizava-se a produção agrícola, a mineração e a construção de infra-estruturas como caminhos-de-ferro, estradas, pontes, portos, aeroportos, etc. Estas infra-estruturas tinham em vista

rentabilizar o fluxo e o escoamento dos produtos extraídos, usados como matérias-primas nas indústrias europeias em expansão. No entanto, tais infra-estruturas sempre procuraram responder os interesses da economia colonial sem terem em conta o desenvolvimento dos territórios e dos povos colonizados.

A montagem do aparelho técnico-administrativo colonial dependeu da potência colonizadora. Nas colónias de povoamento, era normal ter uma administração directa (direct rule) ao passo que nas colónias de exploração vigorou a administração indirecta (indirect rule). Quais são as semelhanças e diferenças dos dois sistemas? Em geral, e em qualquer dos casos, o objectivo era viabilizar a ocupação e a exploração colonial.

Assim, no sistema de *direct rule*, temos uma administração centralizada onde do topo até a base do sistema existe um representante europeu encarregue de gerir os negócios e o território na colónia. Assim, as autoridades tradicionais indígenas africanas são integradas como simples complemento do poder colonial. Em outras palavras, os sobas, régulos, regedores ou chefes africanos deviam facilitar a ligação entre a autoridade colonial, representada pelo europeu, e a população africana. Este sistema foi bastante usado pelos franceses, onde o comandante do círculo aparecia como o eixo do modelo. Portugal, igualmente usou este sistema, desde o governador geral até ao chefe do posto, de preferência, o titular do cargo devia ser um europeu.²²

As colónias portuguesas foram reorganizadas em 1907 (Moçambique) e 1913 (Angola). Cada uma delas era dirigida por um governador geral encarregue de aplicar os decretos e diplomas aprovados na metrópole.²³

A França agrupou as suas colónias em duas federações: Africa Ocidental Francesa (AOF), criada em 1895, reorganizada em 1904, e Africa Equatorial Francesa (AEF), fundada em 1910. A estrutura do sistema era idêntica: a cabeça do mesmo e da federação tinha-se um governador geral instalado em Dakar e Brazzaville, que servia de intermediário entre o

²⁰D' ALMEIDA-TOPOR, Hélène. *L'Afrique au XXe siècle*. Paris: Armand Colin, 1999.

²¹MUSSA, Carlos. *Les Conflits au Mozambique: La longue marche vers la liberté, 1930-1992*. Tese de Doutoramento. Poitiers: Université de Poitiers, 2006.

²²MUSSA, Carlos. *Les Conflits au Mozambique: La longue marche vers la liberté, 1930-1992*. Tese de Doutoramento. Poitiers: Université de Poitiers, 2006.

Ministério das Colónias e os diferentes grupos de interesse na colónia, como os representantes de comércio. O Governador Geral era assistido por um Conselho de Administração com competência consultiva. O Governador Geral dispunha de um orçamento próprio, alimentado pelos direitos aduaneiros, impostos de consumo e outras taxas.

Nos territórios de menor escalão, existia um governador local, o qual tinha que garantir a execução das ordens do Governador Geral. Este, por sua vez, devia ocupar-se de actividades políticas, económicas e sociais. Igualmente, era ele quem assegurava os serviços veterinários, de educação e saúde, a cobrança de direitos aduaneiros, entre outras tarefas. A colónia era dividida em circunscrições ou círculos dirigidos pelo comandante de círculo, mesmo que este fosse civil.

O controle estava assegurado também pelos serviços de inspecção geral das colónias sob as ordens directas do Ministro das Colónias que, de cinco em cinco anos, reorganizava as colónias. Sempre que o Governador Geral diminuísse os investimentos e financiamentos dos orçamentos dos círculos cada comandante devia encontrar alternativas fiscais locais para aumentar o seu orçamento. Isto, naturalmente, fazia com que a população sofresse bastante: intensificação da exploração da mão de obra, cobranças de impostos, etc.

Nos territórios franceses, houve a particularidade da Argélia. Esta colónia esteve directamente ligada ao Ministério do Interior na França. O território estava dividido em três departamentos e cada destes um enviava um representante com estatuto de deputado em Paris o qual devia participar na Assembleia Nacional. O território era dirigido por um Governador, auxiliado por delegados de conselhos gerais. Assim, a Argélia era uma espécie de prolongamento da França em África. As delegações financeiras deviam votar e aprovar o orçamento. O conselho superior chegou a ter 59 membros e a partir de 1901 passou a ter 28 membros administrativos.

Assim, o sistema de administração directa era, na prática, uma forma de controlo através de africanos *domesticados*, os quais deviam, seguramente, garantir

a ligação entre a sociedade indígena e o nível de exigência da burocracia do aparelho técnico-administrativo colonial.

No caso da administração indirecta, o país colonizador colocava na capital da colónia um representante com o título de Comissário ou Governador Geral. Este encarregava-se de gerir a colónia, utilizando fundamentalmente os poderes e as autoridades tradicionais indígenas locais. Este modelo de administração diminuía os encargos de gestão da colónia, uma vez que cada chefe africano devia encontrar formas próprias de garantir a sua sobrevivência sem aumentar os custos no orçamento da colónia. No governo indirecto existe uma tentativa de “reabilitar” os chefes tribais criando-se as “Assembleias de Chefes”, que eram encontros dirigidos de tempo em tempo pelo representante da metrópole para medir o pulso da autoridade colonial.

Depois da vitória na guerra anglo-boer, a Inglaterra favoreceu a aproximação entre os territórios da África Austral, criando a união aduaneira, em 1906. Seguidamente foi criada a União Sul-Africana que, em 1910, passou a ter autonomia interna e, em seguida, a independência. Esta união incluía Cabo, Natal, Transvaal e Orange. O parlamento localizava-se no Cabo e o Primeiro Ministro vivia em Pretória. A política externa era realizada pelo poder baseado na Grã-Bretanha até a data da independência do território.²⁴

Os territórios britânicos estavam divididos em colónias e protectorados. Nas colónias as populações estavam submetidas com estatuto de colonizados, enquanto nos protectorados os povos eram considerados “protegidos”. No entanto, em ambas as situações não significava um tipo de vida diferente, “everybody is african people.”²⁵

A diferença essencial entre o modelo de administração directa e indirecta reside na maneira de integração das autoridades indígenas. Enquanto os britânicos integravam as autoridades indígenas como prolongamento do poder colonial, confiando-as a tarefa essencial de dirigir os indígenas, numa perspectiva de *self government*, os portugueses e os franceses usavam as autoridades indígenas para melhor

²⁴D' ALMEIDA-TOPOR, Hélène. *L'Afrique au XXe siècle*. Paris: Armand Colin, 1999.

²⁵BRUNEL, Sylvie. *L'Afrique*. Paris: Éditions Bréal, 2004.

controlarem os africanos, assegurando a onnipresença do poder colonial.

Porém, em qualquer dos casos, o chefe indígena cumpria uma missão dúbia e difícil. Diante dos outros africanos ele era visto como traidor e colaborador dos agentes coloniais. Para o administrador colonial ele era considerado como o interlocutor válido para se aproximar o poder colonial junto dos africanos. Era o chefe tradicional que recrutava os homens para os trabalhos públicos e forçados. Ele assegurava a cobrança dos impostos e garantia a ordem e segurança nas aldeias apoiando-se nos seus auxiliares directos africanos: cabo de terra, sipaios e outros agentes das autoridades gentílicas. Nas vilas e cidades existiam os polícias, os tribunais formais e as prisões, ao passo que nas aldeias a autoridade indígena era o juiz, o advogado, o administrador e o interlocutor. Os julgamentos dos “milandos” ou litígios entre os indígenas decorriam debaixo das árvores e, no melhor dos casos, numa palhota construída para efeito, sendo esta totalmente aberta, sem portas nem janelas (*Matchessa*). Aqui aplicava-se o direito costumeiro, segundo os usos e costumes locais dos africanos.

A administração das colónias evoluiu à medida que progredia a colonização. O enquadramento administrativo preocupava-se em viabilizar o funcionamento da economia. A criação duma administração local visou encontrar as formas de sobrevivência auto-sustentáveis, sem criar encargos adicionais aos cofres da metrópole. Os agentes de administração colonial podiam ser os governadores, os polícias, os administradores, os comandantes de círculo (França), os chefes de postos, régulos, cabo de terra e sipaios (Portugal), os intendentos (Bélgica).

A administração colonial apoiava-se também na lei escrita, na burocracia, num corpo de funcionários e numa justiça arbitrária. De facto, o sistema colonial impunha dois tipos de justiça: um para os colonos europeus e outro aplicado aos indígenas. Nas colónias francesas raramente os tribunais indígenas eram dirigidos por um africano.

Teoricamente, os africanos conservavam seu direito costumeiro, mas assim que houvesse um litígio

envolvendo um colono e um indígena aplicava-se o direito dos tribunais formais dos europeus, baseados na vila ou cidade, cujo dispositivo judiciário tinha como base a lei escrita, sempre em desfavor dos africanos. Isto acontecia, porque o africano não sabia ler nem escrever, não dominava a língua do juiz, nem podia contratar um advogado.

Do ponto de vista social, a população da colónia obedecia uma estrutura hierarquizada: colono, assimilado, indígena. Embora a lei previsse direitos iguais, na prática o cidadão africano nunca chegava a ter os mesmos direitos dos seus concidadãos europeus.

Nas colónias onde os europeus eram a minoria desenvolveram-se sistemas de segregação racial, foi o caso da Rodésia do Sul e União Sul-Africana. Aqui os colonatos tiveram um papel importante para criar a psicologia e o pensamento segundo o qual o homem branco devia ser visto como o mais capaz, o mais inteligente, o corajoso, o mais habilitado, o mais trabalhador e mais. Infelizmente, esta ideia permanece no seio dos Africanos até hoje. São raros os Estados Africanos que não tenham assessores, conselheiros económicos e militares europeus. No seio de alguns governantes africanos, ter um colaborador europeu tem sido tomado como sinal de sucesso e eficiência na governação, mesmo que os tais assessores não dominem e nem conheçam a realidade do país.²⁶

As exigências coloniais eram vastas. Nas colónias o imposto começava por ser um simples tributo, depois passava a ser uma contribuição obrigatória. Os direitos aduaneiros instituídos pelas autoridades coloniais criaram um impedimento para a expansão da economia africana ao limitar a circulação de pessoas e bens. O peso dos impostos explica a maneira compulsiva e o recrutamento forçado das pessoas para se engajarem no trabalho. O imposto *per capita* (por pessoa) contribuía para aumentar as receitas do Estado Colonial.

A pressão administrativa colonial sempre esteve a favor das metrópoles, as colónias eram vistas como fontes geradoras da riqueza e mercados para os produtos das indústrias europeias em expansão.²⁷

²⁴D' ALMEIDA-TOPOR, Hélène. *L'Afrique au XXe siècle*. Paris: Armand Colin, 1999.

²⁵BRUNEL, Sylvie. *L'Afrique*. Paris: Éditions Bréal, 2004.

2. O Poder Colonial: O Administrador Colonial e os Líderes Tradicionais Africanos

Ser administrador colonial era a ambição de qualquer europeu recém-chegado da metrópole. No distrito, posto e circunscrição ele era juiz, advogado, guardião da ordem e justiça, gestor de negócios e “pai da população”.²⁸

Os administradores coloniais orgulhavam-se quando desempenhavam a tarefa de organizar e dirigir os processos nos tribunais. Pelos mesmos motivos, a afluência de muitos processos significava mais receitas para a administração colonial, aumentava a confiança política junto dos seus superiores hierárquicos. Isto equivale também o sentido de melhor aplicação da justiça. Em certas ocasiões, alguns administradores coloniais destruíam as jurisdições africanas sob a alegação de que estas não estavam cumprindo com as disposições legais da metrópole. Na verdade isto visava alargar a base tributária, estendendo o território sob seu controle.

Cada administrador assumia ser missão vital castigar os africanos uma vez que, no seu entender, eles só provocavam desordem. Por isso, a justiça colonial dos primeiros momentos até ao fim do colonialismo soube ser opressora e repressiva.²⁹

Muitos dos primeiros funcionários coloniais eram brutais, sendo recrutados, principalmente entre os militares, apenas porque eram os únicos disponíveis, numa zona onde o europeu era uma *peça* rara.

O facto da “lei africana” não estar no papel deixava os indígenas desprotegidos sempre que estes se envolvessem em litígios com os colonos. Por isso, os europeus fomentaram a dita “pacificação” entre as comunidades em geral, mas eles não trouxeram a paz no interior das comunidades africanas. No período colonial, antes de se falar com o administrador, o sipaio exigia do interessado a entrega de galinha, cabrito, carneiro ou mesmo dinheiro. Assim, o agente da autoridade indígena fazia acreditar ao outro africano a ideia de que, uma vez pago, antecipadamente, o branco acreditaria em tudo o que ele dissesse.³⁰

Os colonos criaram o espírito de desconfiança, o

africano passou a ver o outro africano como inimigo, intriguista, maldoso, traidor, vingador, aldrabão e vigarista. Esta mentalidade ainda permanece em alguns dos actuais líderes e governantes africanos que não raras vezes preferem assessores estrangeiros em vez do nacionais.

A forma como uma administração colonial seleccionava, treinava e controlava os seus representantes africanos determinava a natureza e o carácter da gestão colonial. As conveniências ocasionais sobrepunham-se aos princípios. Sempre que não existissem condições de se ter um administrador branco militar, procuravam outros europeus negociantes, como assessores de negros, para cobrarem os impostos directos e encaminhá-los para a administração. Assim, um punhado de funcionários brancos tinham que orientar os agentes indígenas, como forma de os integrar no aparelho técnico-administrativo colonial.

Qualquer que fosse o sistema de administração colonial procurava gerir a colónia com o menor custo possível: “*Conheçam o vosso poço, a vossa região. Mantenhai a vigilância, cobrai os impostos e aproveitai a mão-de-obra barata e os recursos da vossa terra, mas por amor de Deus não causem dores de cabeça ao poder central...*”³¹

3. Política Social- O Papel da Missões: Religião, Ensino e Saúde

As missões cristãs desempenharam um papel importante no enquadramento da administração colonial. As igrejas católicas e protestantes encarregaram-se de difundir o ensino nas comunidades indígenas (leia-se africanas ou negras). Estas igrejas também cumpriam a função de divulgar a cultura e o modo de vida dos europeus. O ensino era feito na língua europeia, para facilitar a leitura da Bíblia.

Em geral, o ensino primário podia estar localizado em todos os lugares. As missões encarregavam-se de educar e ensinar os africanos, em particular os indígenas não assimilados. Era frequente a abertura das escolas de artes e ofícios nas zonas rurais. O objectivo era preparar a força de trabalho braçal e

²⁸BRUNEL, Sylvie. *L'Afrique*. Paris: Éditions Bréal, 2004.

²⁹D' ALMEIDA-TOPOR, Hélène. *L'Afrique au XXe siècle*. Paris: Armand Colin, 1999.

³⁰ILIFE, John. *Os Africanos. História de um continente*. Lisboa: Terramar Editores, Lda., 1999.

³¹ILIFE, John. *Os Africanos. História de um continente*. Lisboa: Terramar Editores, Lda., 1999.

não formar quadros para serem integrados como agentes administrativos. No campo desenvolveram-se as escolas de artes e ofícios para garantir o cumprimento desse objetivo. Aí se formavam carpinteiros, pintores, serralheiros, latoeiros, sapateiros, pedreiros, alfaiates, etc.

O Ensino Primário e Secundário Oficial, assim como o Ensino Superior estava centrado nas vilas e cidades, sendo reservado apenas para os colonos e assimilados. Apesar disto, durante a época colonial, poucos africanos tiveram acesso ao ensino liceal e superior. Os Africanos que conseguiam furar o sistema colonial prosseguiram os seus estudos na metrópole e muitas vezes acabavam por alienar-se. Alguns intelectuais africanos, uma vez regressados, tentavam “viver à moda e maneira europeia”, menosprezavam os seus compatriotas vistos como buçais e analfabetos.³² Contudo, houve uma parte da “inteligência africana” que no fim dos seus estudos, tendo ganho a consciência e o sentido de pertença a uma comunidade oprimida, passaram a dirigir as contestações anti-coloniais em África, em particular depois da I Guerra Mundial.

Algumas personalidades e elites intelectuais africanas formadas no exterior podem ser exemplificadas por indivíduos vindos da Europa e dos Estados Unidos da América. São os casos de alguns como: Eduardo Mondlane, que formou-se nos EUA; Joaquim Pinto de Andrade, que se formou pela Universidade Gregoriana em Roma, Itália de 1948 a 1953. Este foi eleito presidente honorário do MPLA (Movimento Popular Para Libertação de Angola), na Conferência de Kinshasa (realizada de 1 a 3 de Dezembro de 1962, sob o lema de “Teologia, Igreja Católica”); Jaime Maurício Kamba, natural de Chemba, Moçambique, formou-se nos E.U.A., Luis Serapião, formou-se nos EUA; Kwame Nkrumah, do Gana, formou-se nos EUA; Seretse Nkhama, do Botswana, formado em Fort Hare University e Oxford University, graduado em Bacharelato em História; Leopold Sédar Senghor, formado na Université de Sorbonne, Paris; Joseph Ki-Zerbo, do Alto Volta (Bourkina Faso), formado na Université de Sorbonne-Paris, em História;

Hastings Kamuzu Banda, do Malawi (Niassaland), formado em medicina, na Medical College em Nashville e Tennessee (EUA) e em Filosofia na Chicago University (Bacharel); Marcelino dos Santos, de Moçambique, cursou na Université de Sorbonne-Paris; Joaquim Alberto Chissano- estudou em Lisboa e depois matriculou-se na Université de Poitiers (França), não fez nenhum curso porque desistiu e partiu para a Tanzania, onde se integrou na FRELIMO, participando na Luta Armada de Libertação Nacional; Jonas Malheiro Savimbi, de Angola, cursou medicina na Universidade de Lisboa, prosseguiu seus estudos na Fribourg University, na Université de Lausanne e República Popular da China (formação militar) e Joaquim Pinto de Andrade, de Angola, formado pela Universidade de Lisboa e Université de Sorbonne-Paris, tendo cursado Filosofia, Ciências Políticas e Sociais.

Quanto ao sistema sanitário, nas aldeias e zonas rurais em geral havia dispensários ou postos de saúde, enquanto nas vilas e cidades existiam os hospitais de clínica geral. No campo o serviço de saúde era assegurado pelos técnicos de medicina e enfermeiros. Por conseguinte, os médicos concentravam-se nas grandes cidades e vilas. As missões tiveram um papel relevante no serviço de saúde. Elas combatiam as epidemias como cólera, paludismo (malária), sarampo, varicela e variola através da vacinação dos indígenas. Portanto, o desenvolvimento do sistema sanitário ocorreu lentamente no período colonial.³³

Bibliografia

- BERNARDI**, Bernardo. *Introdução aos Estudos Etno-Antropologicos*. Lisboa: Edições 70, 1974.
- BOBBIO**, Norberto. *O Futuro da Democracia. Uma Defesa das Regras do Jogo*, 6ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p.22.
- BRUNEL**, Sylvie. *L'Afrique*. Paris: Editions Bréal, 2004.
- CHARLOT**, Jean. *La Politique en France*. Paris : Éditions de Fallois, 1994.

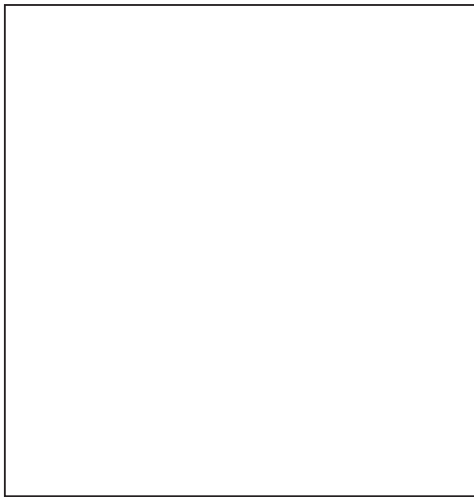
³²D' ALMEIDA-TOPOR, Hélène. *L'Afrique au XXe siècle*. Paris: Armand Colin, 1999.

³³D' ALMEIDA-TOPOR, Hélène. *L'Afrique au XXe siècle*. Paris: Armand Colin, 1999.

- CHAGNOLLAUD**, Dominique. *Science Politique*. 5^e édition. Paris: DALLOZ, 2004, p. 84.
- D'ALMEIDA-TOPOR**, Hélène. *L'Afrique au XXe siècle*. Paris: Armand Colin, 1999.
- FLEURY**, Jean. *La Culture. Editions. Thèmes et Débats*. Paris: Bréal, 2002.
- ILIFE**, John. *Os Africanos. História de um continente*. Lisboa: Terramar Editores, Lda., 1999.
- KESLASSY**, Éric. *Démocratie et Égalité. Thèmes et Débats*. Paris : Bréal, 2003.
- KI-ZERBO**, Joseph. *À Quand L'Afrique? Entretien avec René Holenstein*. Paris: Seuil, 2003.
- MUSSA**, Carlos. *Les Conflits au Mozambique: La longue marche vers la liberté, 1930-1992. Tese de Doutoramento*. Poitiers: Université de Poitiers, 2006.
- OFFERLÉ**, Michel. *Les Partis Politiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.
- WEBER**, Max. *Sociologie*. Paris: Hachette, 2001.

DOSSIERS TEMÁTICOS DE GEOGRAFIA

Alguns subsídios sobre a evolução político-administrativa do território sob administração da Companhia de Moçambique, 1892-1933



Filipe Pitrosse³⁴

O território em estudo esteve sob a administração do Governo da Companhia de Moçambique de 1892 a 1942.

Com o presente artigo pretendemos alcançar os objectivos seguintes: compreender a implantação da estrutura político-administrativa no território em

Este artigo oferece alguns subsídios para o conhecimento da evolução política-administrativa do território sobre a administração da Companhia de Moçambique no período compreendido entre 1892 e 1933. O artigo explica o processo da implantação das estruturas político-administrativas e a criação das circunscrições.

estudo; descrever a implantação das estruturas político-administrativas; explicar a criação de cada circunscrição. Este artigo poderá constituir mais uma tentativa de sistematização da História Política deste território.

O território da companhia, nos finais de 1892, compreendia a administração do prazo de Cheringoma, distrito de Manica, distrito de Sena, circunscrição de Chiloane, administração dos prazos (1^a circunscrição de S. Domingos, 2^a circunscrição de Chupanga, 3^a circunscrição de Inhapanda, 4^a circunscrição de Inhacerere), circunscrição de Neves Ferreira e circunscrição de Nova Sofala.³⁵

Em 1893, o Governador do território criou a circunscrição administrativa de Chimoio, justificando esta decisão na base da chegada em breve da linha-férrea em construção que contribuiria para o

³⁴Mestre em História Contemporânea do Século XX, pela Universidade Nova de Lisboa. Docente de História Política e Introdução a História.

³⁵Boletim da Companhia n.º 3, 3^a divisão, de 15/12/1892.

desenvolvimento daquela região. Esta nova circunscrição ficava directamente dependente do comando do distrito de Manica.³⁶

Em Março de 1893, o Governador criou a circunscrição administrativa da Gorongosa, com sede em Gouveia, com vista a acabar com o abandono que antes caracterizava aquela região. A circunscrição recém-criada ficava dependente do distrito de Sena.³⁷

Em Junho de 1893, através da ordem n.º 121, foi criada a circunscrição administrativa de Mossurize para responder a fixação do primeiro grupo de indivíduos e a criação de herdades naquela região.³⁸ Em Agosto do mesmo ano, o Governador criou o distrito de Mossurize e Alto Save, extinguindo a circunscrição de Mossurize. Esta decisão justificou-a desta maneira: «Sendo necessário criar na região de Mossurize e Alto Save um distrito regular em condições exactamente semelhantes às daqueles que já existem organizados».³⁹

Em 1 de Setembro de 1893, a divisão administrativa do território da Companhia compreendia a administração do prazo Cheringoma, distrito de Manica, distrito de Sena, administração dos prazos (1.ª circunscrição – S. Domingos; 2.ª circunscrição – Chupanga; 3.ª e 4.ª circunscrições – Inhapanda e Inhacerere; 5.ª circunscrição – Chemba), distrito de Mossurize, circunscrição de Chiloane, circunscrição de Neves Ferreira, circunscrição de Chimoio, circunscrição de Sofala e circunscrição da Gorongosa. Os distritos e as circunscrições eram encabeçados por um comandante enquanto os prazos tinham à cabeça um administrador.⁴⁰

Sob proposta do comandante do distrito de Sena, nos finais de 1893, foi criada a circunscrição administrativa de Tambara no contexto da implantação de uma administração regular e permanente.⁴¹

Em Fevereiro de 1894, foi criada a sub-circunscrição do Terminus dependente da circunscrição de Neves Ferreira. A sua criação deveu-se a: «Atendendo a urgente necessidade de estabelecer uma administração regular e local em que se acha o actual terminus de linha-férrea de Vila Fontes para o interior, até que os trabalhos da mesma continuem;».⁴²

No mesmo mês de Fevereiro, devido a necessidade de administrar de um modo regular, o Governador criou nas terras do prazo de Cheringoma uma circunscrição com o mesmo nome.⁴³

Ainda em Fevereiro, através da ordem n.º 223, as circunscrições da Gorongosa e de Chimoio foram desanexadas do distrito de Sena e de Manica, respectivamente. Para sustentar a decisão, o Governador afirmava: «Aconselhando bem do serviço que as circunscrições de Chimoio e da Gorongosa, em virtude da posição relativa em que se encontram com referência às sedes dos seus distritos e a Beira, passem a corresponder-se directamente com este Governo central;». Os seus comandantes passavam a corresponder directamente com o Governo central instalado na cidade da Beira.⁴⁴

Através da ordem n.º 277, o Governador do território criou a sub-circunscrição de Mexameje, nas terras de Chiduache.⁴⁵

Em Abril de 1894, o Governador do território procedeu às seguintes alterações na divisão administrativa:

Criou a circunscrição de Moribane, na margem direita do rio Revué.⁴⁶

Suprimiu as sub-circunscrições de Machanga e Cherinda, criando a circunscrição do Save.⁴⁷

Suprimiu a sub-circunscrição de Beia-Peia, criando a circunscrição de Madanda.⁴⁸

³⁶Ordem n.º 90 inserida no boletim da Companhia n.º 8, de 1/03/1893.

³⁷Ordem n.º 108 inserida no boletim da Companhia n.º 13, de 15/03/1893.

³⁸Ordem n.º 121 inserida no boletim da Companhia n.º 14, de 15/06/1893.

³⁹Ordem n.º 143 inserida no boletim da Companhia n.º 16, de 1/08/1893 (grafia actualizada).

⁴⁰Boletim da Companhia n.º 17, de 1/09/1893.

⁴¹Ordem n.º 194 inserida no boletim da Companhia n.º 20, de 1/12/1893.

⁴²Ordem n.º 219 inserida no boletim da Companhia n.º 22, de 1/02/1894 (grafia actualizada).

⁴³Ordem n.º 221 inserida no boletim da Companhia n.º 22, de 1/02/1894.

⁴⁴Ordem n.º 223 inserida no boletim da Companhia n.º 22, de 1/02/1894.

⁴⁵Ordem n.º 277 inserida no boletim da Companhia n.º 24, de 2 de Abril de 1894.

⁴⁶Op. cit., ordem n.º 282

⁴⁷Op. cit., ordem n.º 287

⁴⁸Op. cit., ordem n.º 290

Criou a circunscrição de Govuro, a sul do rio Save.⁴⁹

Elevou a circunscrição de Chiloane a categoria de distrito, determinando que lhe ficassem subordinadas as circunscrições do Save, Madanda e Govuro.⁵⁰

Em Maio, através da ordem 314, foi criada a sub-circunscrição do Tica, nas terras do régulo do mesmo nome.⁵¹

Em Junho, por meio da ordem n.º 327, foi criada a sub-circunscrição de Goengera, nas terras do régulo Goengera, subordinada ao comando de Neves Ferreira.⁵²

Em Julho, através da ordem n.º 339, foi criada a circunscrição de Mafussi, dependente do comando do distrito de Mossurize.⁵³

É obvio que nesta altura, o distrito de Mossurize ainda não estava “pacificado” daí a existência dentro da sua jurisdição de um comando.

Ainda no mesmo mês, a sub-circunscrição de Mexameje foi elevada a categoria de circunscrição.⁵⁴

Em Agosto, por meio da ordem n.º 355, foi suprimida a sub-circunscrição do Terminus. Com o avanço da construção da linha-férrea Beira-Machipanda, esta sub-circunscrição perdeu a sua importância.⁵⁵

No mês de Setembro, o governo do território decidiu introduzir as seguintes mudanças na estrutura administrativa:

A Ordem n.º 392 suprimiu a sub-circunscrição de Cheringoma, incorporando-a nas terras de Neves Ferreira pelo facto da sua população ser diminuta.

A Ordem n.º 386 suprimiu a sub-circunscrição de Tica por ter pouca população.

A Ordem 396 suprimiu a circunscrição de Mexameje por conveniência e incorporou as circunscrições do Búzi e Mexameje num só comando.

No mês seguinte, o governo do território deliberou a supressão da sub-circunscrição de Goengera por possuir pouca população que não justificava a instalação das estruturas administrativas.⁵⁶ Através da ordem n.º 492, de 15 de Janeiro de 1895, o Governo do território deliberou também a supressão da denominação distrito aplicada a algumas das divisões administrativas do território da Companhia e determinou que os comandantes passassem a denominar-se respectivamente chefes de circunscrições e de sub-circunscrições. Ainda com base nesta ordem, o território da Companhia ficava dividido nas seguintes circunscrições: (1) Govuro, Save, Chiloane, Madanda, Sofala, Mossurize, Mafussi, Búzi, Moribane, Neves Ferreira, Chimoio, Manica, Gorongosa, Barué e Sena e (2) Os territórios sujeitos ao comando de Sena constituíam uma circunscrição cujo chefe superintendia directamente na administração das sub-circunscrições da Lacerdónia, Sone, Chemba, Tambara e Sança.⁵⁷

No dia 13 de Abril de 1895, o Governo do território suprimiu a circunscrição de Moribane, incorporando-a na circunscrição de Manica. A circunscrição de Moribane foi criada através da ordem n.º 282, de 20 de Março de 1894. Esta decisão deveu-se ao facto das suas receitas serem nulas.⁵⁸

Ao abrigo da ordem 701 os terrenos da sub-circunscrição do Save foram anexados à circunscrição de Chiloane.⁵⁹

Sob proposta do chefe da circunscrição de Sena, os prazos Ancuesa e Inhacaranga passaram a estar dependentes da sub-circunscrição de Chemba e o prazo da Chiramba foi anexado a sub-circunscrição de Tambara.⁶⁰

No mês seguinte, ao abrigo da ordem n.º 714, foi aprovada a nova divisão administrativa da circunscrição de Sena, que ficou assim definida: 1.ª

⁴⁹Op. cit., ordem n.º 294

⁵⁰Op. cit., ordem n.º 295

⁵¹Ordem n.º 314 do boletim da Companhia n.º 25, de 1/5/1894.

⁵²Boletim da Companhia n.º 26, de 1 de Junho de 1894.

⁵³Boletim da Companhia n.º 27, de 1 de Julho de 1894.

⁵⁴Op. cit., ordem n.º 346

⁵⁵Boletim da Companhia n.º 28, de 1 de Agosto de 1894.

⁵⁶Ordem n.º 385 da Companhia n.º 30, de 1 de Outubro de 1894.

⁵⁷Boletim da Companhia de 26 de Janeiro de 1895.

⁵⁸Ordem n.º 550, boletim da Companhia n.º 41, de 15 de Abril de 1895.

⁵⁹Boletim da Companhia n.º 56, de 16 de Dezembro de 1895.

⁶⁰Ordem n.º 708, boletim da Companhia n.º 57, de 2 de Janeiro de 1896.

sub-circunscrição de Lacerdónia, com sede em Lacerdónia, constituída pelos prazos Luabo e Milambe, Chupanga, Inhamunho e Caia; 2.^a sub-circunscrição de Inharuca, com sede em Inharuca (prazo S. Domingos), que compreendia os prazos de Inhangoma, Mucembe, S. Domingos, Inhacarolo, Mussave, Gambo, Santa, Inhacerere, Inhapanda, Inhamanga, Sone Inhamasi, Pita e Chatué. Esta sub-circunscrição nasceu da extinção da sub-circunscrição do Sone; 3.^a sub-circunscrição de Chemba, com sede em Chemba e constituída pelos prazos Chemba, Inhacanga, Maroa Pequena, Maroa Grande, Bunze, Manga, Toe, Inhacatombo e Zomba; 4.^a sub-circunscrição de Tambara, com sede em Tambara, constituída pelos prazos Ancoesa/Ancuesa, Chiramba (a parte marginal do Zambeze) e Tambara; e a 5.^a sub-circunscrição de Muceca, com sede em Muceca (Forte Luiz), que era constituída pelos prazos Sanca/Sança e Chiramba (a parte interior).⁶¹

Através da ordem n.º 722 foi suprimida a circunscrição do Búzi, tendo sido anexada à circunscrição de Sofala.⁶²

As terras da Machanga e Beia-Peia foram anexadas a circunscrição de Chiloane.⁶³

O governo do território deliberou, por meio da ordem 781, de 3 de Agosto de 1896, o estabelecimento da circunscrição de Moribane, alegando a incapacidade das autoridades que residiam em Macequece de exercer uma acção administrativa eficaz. À circunscrição passavam a fazer parte, para além do régulo de Moribane, os régulos Mechamba, Dombe, Guja, Macuate, Zinguenta, Inhamecima, Sambanhe e Mabate.⁶⁴

A ordem n.º 891 de 17 de Fevereiro de 1897, do Governo do Território determinou que a região do Búzi deveria constituir uma circunscrição, porque

estava a conhecer um desenvolvimento agrícola e industrial assinalável, sobretudo com a implantação da Companhia Colonial do Búzi.⁶⁵ Na sequência da decisão atrás mencionada, a sede da circunscrição do Búzi foi fixada em Inhanguvo.⁶⁶

Através da ordem n.º 943, à sede da circunscrição de Govuro passou a chamar-se Bartolomeu Dias.⁶⁷

O Governo do Território criou no prazo Cheringoma uma nova circunscrição, cuja sede, provisoriamente, funcionaria em Macaia.⁶⁸

Ao abrigo da ordem n.º 1109, as circunscrições de Chimoio e de Moribane desceram a categoria de sub-circunscrições, passando a depender do chefe de Manica.⁶⁹

Os prazos de Chiramba e Ancuesa/Annoesa/Ankueza deixaram de ser administrados pela sub-circunscrição de Tambara, tendo sido incluídos, o primeiro na sub-circunscrição de Chemba, e o segundo na de Sança.⁷⁰

A ordem n.º 1368 determinou que a parte do prazo Zombo, designado pelo nome de Chionde, passava a pertencer a sub-circunscrição de Chemba.⁷¹

O Governo do território, através da ordem n.º 1405, decidiu que a sede da circunscrição de Chiloane fosse, provisoriamente, transferida para a Machanga.⁷²

O Governo do território determinou que a circunscrição do Báruè tivesse sede em Mungari e que ficasse sendo constituída pelas terras do Macombe, Chiputura e M'canga.⁷³

O Governo, através a ordem n.º 2238, extinguiu a circunscrição de Chiloane e reorganizou a divisão administrativa da seguinte maneira: (1) As terras pertencentes aos regulados de Mutasa, Dadamazua e Mequebe sob a dependência da circunscrição de Sofala; (2) As terras dos regulados Chiteve e Beia-

⁶¹Boletim da Companhia n.º 59, de 1 de Fevereiro de 1896.

⁶²Boletim da Companhia n.º 61, de 2 de Março de 1896.

⁶³Ordem n.º 725, boletim da Companhia n.º 61, de 2 de Março de 1896.

⁶⁴Boletim da Companhia n.º 72, de 17 de Agosto de 1896.

⁶⁵Boletim da Companhia n.º 85, de 1 de Março de 1897.

⁶⁶Ordem n.º 928, boletim da Companhia n.º 87, de 1 de Abril de 1897.

⁶⁷Boletim da Companhia n.º 88, de 16 de Abril de 1897.

⁶⁸Ordem n.º 1002, boletim da Companhia n.º 93, de 1 de Julho de 1897.

⁶⁹Boletim da Companhia n.º 107, de 1 de Janeiro de 1898.

⁷⁰Ordem n.º 1232, boletim da Companhia n.º 121, de 1 de Abril de 1898.

⁷¹Boletim da Companhia n.º 137, de 1 de Maio de 1899.

⁷²Boletim da Companhia n.º 144, de 16 de Agosto de 1899.

⁷³Ordem n.º 1798, boletim da Companhia n.º 178, de 6 de Janeiro de 1901.

Peia ficavam pertencendo a circunscrição do Govuro, onde seria criada uma delegação em Mambone, a qual, além desta região, ficavam a partir de então a pertencer as terras da Machanga; (3) As terras da Madanda e dos régulos Chimbica, Ambassa e Chidoco passavam a pertencer a circunscrição de Mossurize; (4) As restantes terras dos régulos que constituíam a circunscrição de Chiloane e que ficavam junto à costa, bem como as ilhas do mesmo nome, ficavam a constituir a sub-circunscrição de Chiloane que pertencia à circunscrição de Sofala.⁷⁴

O Governo deliberou que o prazo Teu-Teu fosse incluído na circunscrição de Neves Ferreira.⁷⁵

A ordem n.º 2369 instruía, que várias terras pertencentes à circunscrição de Mossurize, passassem a fazer parte da circunscrição de Sofala.⁷⁶

O Governo criou a sub-circunscrição de Teu-Teu constituída pelos prazos Teu-Teu, Milambe e Luabo.⁷⁷

O Governo do território delimitou a circunscrição da Beira nos seguintes termos: “Hei por conveniente determinar que a Circunscrição da Beira tenha os seguintes limites:-Ao norte, a perpendicular levantada ao quilómetro 30 do Caminho de Ferro, até encontrar o Rio Mazige, este rio até á confluência com o Rio Savane, ao sul o Oceano Indico; a leste, o Oceano Índico e Rio Savane desde a sua foz até á confluência do Mazige; e a oeste, a linha férrea desde o quilómetro 30 até ao quilómetro 20 do Caminho de Ferro até ao Rio Púngue e a margem esquerda d’este rio até a sua

foz”.⁷⁸

A ordem n.º 2750 determinou que o prazo de Cheringoma passasse a constituir uma sub-circunscrição dependente da circunscrição da Beira.⁷⁹

Por ordem do Governo, a povoação de Andrada foi delimitada.⁸⁰

Através de um decreto publicado no boletim da Companhia, de 4 de Agosto de 1907, a cidade da Beira foi elevada a categoria de cidade devido ao ritmo de desenvolvimento que a região estava a conhecer.⁸¹

Com base na ordem n.º 2873 da Secretaria-geral do Governo do território de 2 Dezembro de 1907, publicada no dia 16 do mesmo mes no boletim da Companhia, o território sob administração da Companhia apresentava a seguinte divisão:⁸²

A circunscrição da Beira, com sede na Beira, incorporava a sub-circunscrição de Cheringoma, com sede na Mazamba.⁸³

A circunscrição do Búzi, com sede em Nova Lusitânia.⁸⁴

A circunscrição da Gorongosa, com sede na vila Paiva de Andrade.⁸⁵

A circunscrição do Govuro, com sede em Bartolomeu Dias.⁸⁶

A circunscrição de Manica, com sede em Nova Maceuece. Incorporava as sub-circunscrições de

⁷⁴Boletim da Companhia n.º 3, de 3 de Fevereiro de 1903.

⁷⁵Ordem n.º 2267, boletim n.º 7, de 1 de Abril de 1903.

⁷⁶Boletim da Companhia n.º 20, de 17 de Outubro de 1903.

⁷⁷Ordem n.º 2541, boletim da Companhia n.º 4, de 16 e Fevereiro de 1905.

⁷⁸Ordem n.º 2669, boletim da Companhia n.º 2, de 16 de Janeiro de 1906.

⁷⁹Boletim da Companhia n.º 16, de 16 de Agosto de 1906.

⁸⁰Ordem n.º 17, boletim da Companhia n.º 17, de 1 de Setembro de 1906.

⁸¹Boletim da Companhia, 2.º suplemento n.º 15, de 4 de Agosto de 1907.

⁸²A.H.M., boletim da Companhia de Moçambique n.º 24, de 16 de Dezembro de 1907, páginas 211 e 212.

⁸³A circunscrição era constituída pela cidade da Beira e terras do régulo Espirito, enquanto a sub-circunscrição de Cheringoma compreendia o prazo do mesmo nome.

À circunscrição pertenciam as estações do Caminho-de-ferro da Beira, Dondo e Inyati.

⁸⁴Era constituída pelas terras de Jobo, Guaranguara, Guenje, Manunge, Gruja, Girome, Chironda, Boca, Mexameje, Begaja, Nhanjoo Nhamita, Nhanguvo, Fumo Chicoio, Ucingue, Nandua, Matire, Beia, Massanzane, Magimba, Chissinguana, Marombe e Chibe.

⁸⁵Compreendia os prazos da Gorongosa, Púnguè, Urema Maringué e Santa. Estava instalado um posto policial e fiscal em Maringué.

⁸⁶Terras que constituíam a circunscrição: Machovo, Colonga, Beia-Peia, Chiteve, Matique, Jenga, Machacame, Zimala, Singarrire, Chichembane, Mocoque, Chigamane, Chibamo, Mangarrerane, Machocomane, Macunhe, Mugonze, Pambarra, Maimelane, Javane, Cubine, Chichongue, Mabonguere, Macuruje e Mavul. Contava com os postos policiais e fiscais no Save, Mocoque e Jofane.

Moribane, com sede em Chimanmani, e Chimoio, com sede em Mandigo/Mandigos.⁸⁷

A circunscrição de Mossurize, com sede em Espungabera.⁸⁸

A circunscrição de Neves Ferreira, com sede em Nova Fontesvilla.⁸⁹

A circunscrição de Sena, com sede em Sena. Compreendia as sub-circunscrições de Teu-Teu, com sede em Marromeu; Lacerdónia, com sede em Chimbué; Inharuca, com sede em Inharuca; Chemba, com sede em Chemba; Sanç, com sede em Forte D. Luís Filipe; Tambara, com sede em forte Rainha D. Amélia.⁹⁰

A circunscrição de Sofala, com sede em Nova Sofala. Incorporava a sub-circunscrição de Chiloane, com sede em Chingune.⁹¹

O Governador do território justificou a divisão administrativa atrás descrita da seguinte maneira:

“Tendo-se dia a dia progredido sensivelmente no

*conhecimento minucioso da parte do território sob a administração directa da Companhia e achando-se já bem delimitada as terras dos regulos e prazos que a compoem; tendo-se por outro lado agrupado de forma a constituírem uma só divisão administrativa aquelas que pela sua proximidade, usos e costumes, interesses e condições convinha por sob a dependência do mesmo Chefe”.*⁹²

Em Abril de 1908 foi criada a sub-circunscrição do Alto-Save com sede em Massangena.⁹³

Em Junho do mesmo ano, o Governo do Território criou o posto do Teu-Teu que passou a fazer parte da sub-circunscrição do Cheringoma.⁹⁴ Ainda no mesmo mês, a sub-circunscrição do Teu-Teu passou a designar-se sub-circunscrição de Marromeu.⁹⁵

Em Julho, por meio da ordem n.º 2925, o Governo criou a circunscrição de Chiloane com a mesma área e sede que tinha como sub-circunscrição.⁹⁶

Ainda durante o mesmo mês, as sub-circunscrições de Marromeu e Lacerdónia foram elevadas a categoria de circunscrições com as mesmas áreas e sedes.⁹⁷

⁸⁷Terras que constituíam a circunscrição: Maceque e subúrbios, Chirara e Vumbaramira, Inhametamba, Machipanda, Chazuca, M'Chita, Inhaombe, Quenangrue, Mecudo, Maronda, Matengavo, Machengo, Daze e Chaoma, Perenhe, Sambanhe, Timba, Manda, Inhandanga, Inhandiro, M'Combugué, Tucurume e Marumba. Havia postos policiais e fiscais que funcionavam em Penhalonga, Munene, Musa, Chimeí e Bandula. Em consequência da passagem da linha férrea Beira-Machipanda, existiam as estações do Caminho de Ferro seguintes: Inchope, Amatongas, Gondola, Mandigos, Chimoio, Vandúzi, Revué e Macequece. Terras da sub-circunscrição de Moribane: Moribane, Zichiche, Zomba, Goonda, Mechamba, Dombe, M'Punga, Inhambara, Gudza (Lucite), Chibue, Menahina, Mucuco, Sambanhe, Zinguenta, Chicocuenhe, Mutanda, Koa, Macuio, Inhamecissua, Jura, M'Rumo, Messimua, Mabate, Maronga, Gudza (fronteira), Inhaeze, Mutora e Mapombere.

Terras da sub-circunscrição de Chimoio: Chaurumba, Mandigo, Ingomani, Maforga, Chimoio, Chibata e Mepungo.

⁸⁸Terras desta circunscrição: Macune, Guiunhe, M'Pombo, Chimbua, Maroro, Goane, Linhumbo, Chingune, Cita, Jeche, Inhafuera, Chaiva, Mapanda Macobera, Cumita, Maguenha, Goragua, Mafuci, Gogoi, M'Tove, Macuierra, Mapunguana, Gueué, Musite, Inhambanga, Chicacueta, Macuo, Mamoice, Chiomo, Manaça, Guezanhe, Butiro, M'cupe, Zianga, Tuco-Tuco, Chitube, Uza, Macone, Chidoco, Maringa, Ambassa, Mutani, Chimbico, Tebere, Mutanda, Chibabava, Dongonda, Jambe, Mangunde, Inhaume, Maguenhe e Manhumbo.

Contava com um posto policial e fiscal que funcionava em Chibabava.

⁸⁹Terras da circunscrição: Tica e Guengere.

Funcionava um posto policial e fiscal em Fontesvilla. A passagem da linha-férrea por esta circunscrição implicou a criação das estações de Caminho de Ferro: Fontesvilla, Muda, Bamboo Creek e Siluvo Hills (Chiluvo Hills)

⁹⁰Prazos que constituíam a circunscrição:

Sub-circunscrição do Teu-Teu: Luabo (parte situada na margem direita do Zambeze), Milambe e Teu-Teu;

sub-circunscrição da Lacerdónia: Chupanga, Inhamunho, Caia e Absinthá;

sub-circunscrição de Inharuca: vila e tapada de Sena, São Domingos, Mucembe, Inhangoma, Inhacarolo, M'çaua, Inhamacamba, Inhapanda e Magagade;

sub-circunscrição da Chemba: Chemba, Inhacaranga, Ankueza, Tenta, Maroa Pequena, Bunze, Toe, Manga, Zomba, Inhamissase, Inhatondo, Chatué, Sone, Inhacerere Inhamanga, Inhamoaze, Pitta e Gambo.

sub-circunscrição da Sança: Uanca, Pala-Pala, Inhamaguia, Chiramba e Marôa Grande;

sub-circunscrição de Tambara: Tambara.

Contava com postos policiais e fiscais nas sub-circunscrições do Teu-Teu (Vila Conceição e Chinizíua), Lacerdónia (Nazareth, Lacerdónia e Murraça), Inharuca (Magagade), Chemba (Sone) e Sança (Chiramba).

⁹¹A circunscrição de Sofala era constituída pelas terras seguintes: Vila de Sofala e antigas terras, Inhangoro, Chengue, Buene, Mecubua, Ampara, Garabga, Panja, Metonguacha, Inhamecombe, Cubimbe, Mechungue, Nhango, Denge, Inhobao, Barira, Merigue, Hode, Mecheve, Matongua, Chitombue, Undava, Guenge, Manaze, Gembe e Metambenhe. A sub-circunscrição de Chiloane compreendia as terras da Ilha e vila de Chiloane, Chimizira, Magimba, Vangue, Mangapa, Dambula, Gaia-Caia e Inhamechoco.

⁹²Boletim da Companhia n.º24, de 16 de Dezembro de 1907, p. 211.

⁹³Ordem n.º 2904, boletim da Companhia de Moçambique n.º 7, de 1 de Abril de 1908.

⁹⁴Ordem n.º 2919, boletim da Companhia de Moçambique n.º 11, de 1 de Junho de 1908.

⁹⁵Ordem n.º 2920, boletim da Companhia de Moçambique n.º 11, de 1 de Junho de 1908.

⁹⁶Boletim da Companhia n.º 14, de 16 de Julho de 1908.

⁹⁷Ordem n.º 2926, boletim da Companhia n.º 14, de 16 de Julho de 1908.

As terras do régulo Macuruje, por determinação da ordem n.º 3113, passaram a fazer parte da circunscrição de Mossurize.⁹⁸

Na mesma data, mas através da ordem n.º 3114, a sub-circunscrição do Alto-Save foi elevada a categoria de circunscrição com a indicação dos limites que devia ter.⁹⁹

Em Março de 1911, as terras do régulo Chibamo, da circunscrição de Govuro, deixaram de fazer parte da sub-circunscrição do Mocoque, passando a ser administradas directamente pelo chefe da circunscrição.¹⁰⁰

Em Fevereiro de 1913, o Governo do território criou a sub-circunscrição de Chupanga e determinou que a antiga sub-circunscrição de Lacerdónia passasse a chamar-se de Vila Fontes.¹⁰¹

Em Abril do mesmo ano, o Governo determinou que as terras da circunscrição de Chiloane, denominadas Ilha e Vila de Chiloane, Chimizira, Magemba, Vangue, Mangapa, Dambula, Caia-Caia e Inhamecoco, passavam a constituir a sub-circunscrição de mesmo nome e mesma sede administrativa, fazendo parte da circunscrição de Sofala.¹⁰²

As povoações de Bandula e Mandigo foram ampliadas através das ordens 3360 e 3361, respectivamente, na circunscrição de Chimoio.¹⁰³ Em 1914, a povoação de Mandigo/Mandigos, na circunscrição de Chimoio, voltou a conhecer uma nova ampliação.¹⁰⁴ Em 1916, a povoação de Mandigo (Mandigos), da circunscrição

do Chimoio, passou a designar-se Vila Pery.¹⁰⁵

A ordem n.º 3864 determinou que a sede da sub-circunscrição de Tambara, da circunscrição de Chemba, passasse a ser Chiramba. A sede anterior estava em Inhacoro.¹⁰⁶ Em 1923, através da ordem n.º 4536, o Governo extinguiu a sub-circunscrição de Tambara.¹⁰⁷

O Governo decidiu criar a sub-circunscrição do Dondo, justificando que havia necessidade da existência de uma autoridade administrativa que pudesse atender os problemas da população e económicos, considerando que daquele ponto partia a linha-férrea da Trans-Zambeian Railway. A nova sub-circunscrição era constituída pelas terras do régulo Mafambisse, com sede no Dondo. Estava dependente da circunscrição da Beira.¹⁰⁸

Por determinação do Governo do Território e atendendo a iminência de desabamento da povoação de Mambone, foi criada a povoação de Nova Mambone, na sub-circunscrição do mesmo nome, circunscrição do Govuro.¹⁰⁹ Em Novembro de 1924, a sub-circunscrição de Mambone foi extinta por ordem governamental do território.¹¹⁰

O Governo do território extinguiu a sub-circunscrição de Inharuca e, em sua substituição, criou um posto em Sena, subordinado à circunscrição de Sena.¹¹¹

Com base a ordem n.º 4594 de 31 de Março 1924, o território sob administração da Companhia de Moçambique compreendia as seguintes circunscrições:

⁹⁸Boletim da Companhia n.º 18, de 16 de Setembro de 1910.

⁹⁹Ibidem.

¹⁰⁰Ordem n.º 3178, boletim da Companhia n.º 6, de 16 de Março de 1911.

¹⁰¹Ordem n.º 3369, boletim da Companhia n.º 4, de 17 de Fevereiro de 1913.

¹⁰²Ordem n.º 3401, boletim da Companhia n.º 7, de 1 de Abril de 1913.

¹⁰³Boletim da Companhia n.º 2, de 16 de Janeiro de 1913.

¹⁰⁴Ordem n.º 3504, boletim da Companhia n.º 17, de 1 de Dezembro de 1914.

¹⁰⁵Ordem n.º 3683, boletim da Companhia n.º 14, de 17 de Julho de 1916.

¹⁰⁶Boletim da Companhia n.º 12, de 17 de Junho de 1918.

¹⁰⁷Boletim da Companhia n.º 21, de 1 de Setembro de 1923.

¹⁰⁸Ordem n.º 4133, boletim da Companhia – suplemento ao “21”, de 13 de Novembro de 1920.

¹⁰⁹Ordem n.º 4286, boletim da Companhia n.º 1, de 3 de Janeiro de 1922.

¹¹⁰Ordem n.º 4687, boletim da Companhia n.º 21, de 1 de Novembro de 1924.

¹¹¹Ordem n.º 4575, boletim da Companhia n.º 5, de 1 de Março de 1924.

Beira;¹¹² Cheringoma;¹¹³ Chupanga e a sub-circunscrição de Marromeu;¹¹⁴ Sena;¹¹⁵ Chemba;¹¹⁶ Báruè;¹¹⁷ Gorongoza;¹¹⁸ Manica e a sub-circunscrição do Moribane¹¹⁹ Chimoio;¹²⁰ Neves Ferreira;¹²¹ Mossurize;¹²² Búzi;¹²³ Sofala e a sub-circunscrição de Chiloane;¹²⁴ e Govuro e as sub-circunscrições de Mambone e Mocoque/Mucoque.¹²⁵

A ordem n.º 4809 determinou que as sub-circunscrições de Chiloane, Marromeu, Mocoque/Mucoque e Moribane deveriam passar a denominar-se circunscrições, com as mesmas funções e atribuições que tinham as restantes circunscrições.¹²⁶ Em Junho de 1926, o Governo extinguiu a circunscrição de Chiloane.¹²⁷

A região de Maringuè, que vinha pertencendo a circunscrição da Gorongosa, a partir de Setembro de 1926 foi incorporada na circunscrição de Chemba.¹²⁸

Na sequência do golpe militar de 28 de Maio de 1926, a ordem n.º 5144 do Governo do Território dizia:

“Hei por conveniente ordenar a todas as autoridades do Território o cumprimento da referida medida e determinar:

1º. - É entregue à autoridade militar a administração das circunscrições de Beia, Búzi, Sofala, Govuro, Chimoio, Manica, Gorongosa, Cheringoma, Chemba, Sena, Chupanga e Marromeu;

2º. - Os actuais chefes de circunscrição de Cheringoma, Chemba, Sena, Chupanga, Marromeu e Sofala, continuam exercendo as suas funções sujeitos porém à autoridade superior do respectivo comandante militar.

3º. - Tanto nas circunscrições entregues a comandos militares como na que continuam em regime de administração civil os respectivos comandantes ou chefes tomarão todas as medidas que as circunstancias

¹¹²O chefe tradicional era Espirito.

¹¹³Contava com os chefes «tradicionalis» Catemo, Cere, Chidanga, Galinha, Gano, Goinha, Inhabaua, Inhantaza, M'Pungue, M'Siambosi, Mafambice, Mananemãe, Matondo, Pangacha, Santove, Sumacueza, Zangue e Zembo.

¹¹⁴Chefes «tradicionalis» de Chupanga: Canganga, Canza-Canza, Chirimaze, Chitunco, Cocorico, Gombe-Gombe, Gorra, Maguegue, Mangaze, Mensa, Nhacombo, Nhamfimbe, Nhamimba, Nhamula, Nhangua, Ponda, Sine, Sousa, Sunzuma, Tozo e Zou. A sub-circunscrição de Marromeu tinha como chefes tradicionais Bauaze, Chueza, Maconharumo, Malingapance, Nhane e Zingo.

¹¹⁵Chefes «tradicionalis» de Sena: Alfazema, Camba, Chandimba, Chibangoloa, Chipende, Chipuazo, Chunga, Gumançanze, Inharuguè, Mangane, Marra, M'topa, Paza, Sachombe, Sombe, Sombreiro, Tangatanga, Zimbau, Cadeado, Camunga, Candeia, Chapenga, Chola, Cuenge, Gamba, Ganunga, Gombe-Gombe, Muanalavo, Murema, Pango, Sangoma, Sangadze, Sangombe, T'Sexa e Tesse.

¹¹⁶Chefes tradicionais de Chemba: Boaze, Cado, Campanje, Capamba, Candalira, Canxixe, Canze, Cassume Cat'chere, Catemene, Catulene, Cavembe, Cavembir, Chave, Chigombe, Chimbue, Chissodze, Coco, Dungue, Goba, Guengue, Macanga, Mancudo, Matope, Mulima, Nhalungo, Nhamaze, Nhambata, Nhandula, Nharifumbe, Nharuguè, P'Sico, P'Sitche, Palame, Pepo, Posserere, Punzane, Sahandar, Sabeta, Sachinda, Sacolo, Samatera, Sancazadzo, Sandoza, Sangagualo, Sapia, Senga-Senga, Senhabuze, Senhogenge, Sinacoza, Sinamacor, Susso, Sussota, Temacungo, Tondo, Tucuta, Uanchite, Utumbe, Zanga, Zechee Zimbau.

¹¹⁷Chefes «tradicionalis» do Báruè: Macossa (Macombe) e todos os inhacuaus seus dependentes.

¹¹⁸Chefes tradicionais da Gorongosa: Chicari, Chirifumbe, Juchenje, Canda, Maneto, Mudoda, Mapanda, Mussupaúa, Nhachire, Nhamaculomo, Nhampoca, Nhamussensense, Nhamexengue, Nhanguo, Pute, Sando, Sadzungira, Shanachoco e Tamarara.

¹¹⁹Era constituída pelos chefes «tradicionalis» seguintes: Chezuca, Chigozo, Chirara, Dazi, Garuzo, Inhacuanicia, Inhandanga, Inhamombe, Inhametamba, Inhandiro, Inhaoze, Jecua, Machengo, Madeia, Maronda, Matengavo, Machipanda, Mecombgué, Mecone, Mecudo, N'Chita, Narifundo, Perenhe, Timba, Tocarume, Vumbaramiro e os chefes da sub-circunscrição do Moribane: Chibue, Chicocuanhe, Chinda, Cõa, Dombe, Ganda, Gohonda, Gudza-fronteira, Gudza-Lucite, Inhaezo, Inhambava, Inhameciçua, M'Chamba, M'Punga, Mabate, M'Vumo, Macuio, Mapamber, Maronga, Mecimua, Metova, Moribane, Muoco, Mutanda, Sambanhe, Zichiche, Zinguená, Zixau e Zomba.

¹²⁰Chefes «tradicionalis» de Chimoio: Chibata, Chitundo, Ingomani, Juza, Maforga, Mareua, Matoli, Mevumbe, Nhocaranga e Tesura

¹²¹Chefes da circunscrição de Neves Ferreira: Guengere e Tica.

¹²²Chefes «tradicionalis» de Mossurize: Ambassa, Butiro, Chibabava, Chicacuate, Chicualacuala, Chidoco, Chidulo, Chimbica, Chimbico, Chinguno, Chinzine (Maenhe), Chiomo, Chitanga, Cita, Dongonda, Garagua, Gogói, Guezanhe, Guinhe, Inhabanga, Inhacufera, Inhaume, Jembe, Jeche, M'Cupe, M'Pombo, M'Tove, Mabonguere, Maçubere, Macuiana, Macuruge, Macone, Macune, Macuo, Mafussi, Maguenhe, Mamuce, Manace, Mangueze, Mangunde, Manhumbo, Mapanda, Scandabia, Maringa, Mavue, Mepunguana, Mutanda, Mutani, Muzite, Tebere, Tuco-Tuco, Usa, Xaiva, Xitube, Zianga e Zinhumbo.

¹²³Chefes tradicionais do Búzi: Bandula, Begaja, Beia, Boca, Chibe, Chicoio, Chironda, Chissinguana, Fumo, Girome, Grudja, Guaranguara, Guenje, Inhamita, Inhanguvo, Inhanjoo, Jobo, Magimba, Mamuge, Marombe, Massanzane, Matire, Mexameje, M'Tabira e Ucingue.

¹²⁴Chefes «tradicionalis» de Sofala: Ampara, Antigas terras, Barira, Buè, Buene, Chengue, Chiconjo, Chitombue, Cubime, Danga, Dava, Denge, Garabga, Gembe, Guenge, Hode, Inhadente, Inhangoro, Manaze, Cubua, Merigue, Manica, Maotoe, Matongua, Mecheve, Mechungue, Mecubua, Metambanhe, Metonguache, Nhaoa, Nhamcombe, Nhango e Panja.

E os da sub-circunscrição de Chiloane: Cherinda, Escala, Inhaguho, Inhambine, Inharinguè, Mahonga, Manama, Maropanhe, Matandiro e Peres.

¹²⁵Chefes «tradicionalis» de Govuro: Chibamo.

Os da sub-circunscrição de Mambone: Beia-Peia, Chicongue, Chiteve, Cubime, Inhapel, Javane, Jenga, Machacame, Matique, Singarize e Zimala. E os da sub-circunscrição de Mucoque: Buchane, Chaimel, Chissembane, Chigamane, Chissecane, Colonga, Cometela, Gonhamo, Macunhe, Maimelane, Mangarrelane, Mochovo, Mocoque, Muchucumane, Mugonze, Pambarra e Roubassasse.

¹²⁶Boletim da Companhia n.º 10, de 16 de Maio de 1925.

¹²⁷Ordem n.º 5070, boletim da Companhia n.º 11, de 1 de Junho de 1926.

¹²⁸Ordem n.º 5111, boletim da Companhia n.º 17, de 1 de Setembro de 1926.

*determinarem no regime estabelecido pela referida portaria do Governo Geral da Província”.*¹²⁹

Por ordem n.º 5428, o Governo criou o posto administrativo de Macovane, com sede na povoação do mesmo nome, na circunscrição de Mocoque.¹³⁰

Através da ordem n.º 5441, o Governo restabelece a circunscrição de Chiloane com sede em Chingune. A área da circunscrição compreendia a do extinto posto de Chingune, e terras dos régulos Metambanhe, Gembe e Manazi, que deixaram de pertencer a circunscrição de Sofala.¹³¹

Em Outubro de 1930, o Governo criou a povoação de Mavita, na circunscrição de Moribane, transferindo a sede da mesma circunscrição para a nova povoação.¹³²

Em 1933, o território sob administração da Companhia apresentava as circunscrições e sedes seguintes: Beira, com sede na Beira; Búzi, com sede em Nova Lusitânia; Chemba, com sede em Chemba; Chimoio, com sede em Vila Pery; Manica, com sede em Macequece;

Neves Ferreira, com sede em Vila Machado; Sena, com sede em Vila Fontes; Cheringoma, com sede em Inhaminga; Gorongosa, com sede em Vila Paiva de Andrada; Govuro, com sede em Nova Mambone; Marromeu, com sede em Marromeu; Mossurize, com sede em Espungabera; Sofala, com sede em Nova Sofala; e Mocoque, com sede em Mocoque.¹³³

Conclusão

A implantação da estrutura administrativa obedeceu a lógica da sua sustentabilidade, isto é, nas regiões onde a cobrança do imposto de palhota se revelasse fraco, a Companhia determinava a extinção da respectiva estrutura administrativa. Mas, a construção de uma infra-estrutura de natureza económica, como, por exemplo, a linha-férrea, ou a entrada em funcionamento de companhias sub-concessionárias (companhia do Búzi) contribuíram para a extensão da estrutura administrativa com vista a assegurar a dominação política e a exploração dos recursos locais.

¹²⁹Boletim da Companhia, de 25 de Setembro de 1926, 2.º suplemento n.º 18 (grafia actualizada).

¹³⁰Boletim da Companhia n.º 9, de 25 de Maio de 1927.

¹³¹Boletim da Companhia n.º 10, de 16 de Maio de 1927.

¹³²Ordem n.º 6202, boletim da Companhia n.º 19, de 1 de Outubro de 1930.

¹³³Ordem n.º 6607, boletim da Companhia n.º 7, de 1 de Abril de 1933.

- 26, de 1 de Junho de 1894.
15. Ordem 346 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 27, de 1 de Julho de 1894.
 16. Ordem 355 publicada no Boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 28, de 1 de Agosto de 1894
 17. Ordem 385 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 30, de 1 de Outubro de 1894.
 18. Ordem nº 492 publicada no boletim do Governo do território da Companhia, de 26 de Janeiro de 1895.
 19. Ordem nº 550 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 41, de 15 de Abril de 1895.
 20. Ordem nº 701 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 56, de 16 de Dezembro de 1895.
 21. Ordem nº 708 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 57, de 2 de Janeiro de 1896.
 22. Ordem 714 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 59, de 1 de Fevereiro de 1896.
 23. Ordens nºs 722 e 725 publicadas no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 61, de 2 de Março de 1896.
 25. Ordem nº 754 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 66, de 16 de Maio de 1896.
 26. Ordem nº 781 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 72, de 17 de Agosto de 1896.
 27. Ordem nº 891 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 85, de 1 de Março de 1897.
 28. Ordem nº 943 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 88, de 16 de Abril de 1897.
 29. Ordem nº 1002 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº

- 93, de 1 de Julho de 1897.
30. Ordem nº 1109 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 107, de 1 de Janeiro de 1898.
31. Ordem nº 1136 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 109, de 1 de Março de 1898.
32. Ordem nº 1232 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 121, de 1 de Abril de 1898.
33. Ordem nº 1247 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 123, de 1 de Outubro de 1898.
34. Ordem nº 1368 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 137, de 1 de Maio de 1899.
35. Ordem nº 1405 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 144, de 16 de Agosto de 1899.
36. Ordem nº 1848 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 182, de 16 de Março de 1901.
37. Ordem nº 1798 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 178, de 16 de Janeiro de 1901.
38. Ordem nº 2238 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 3, de 3 de Fevereiro de 1903.
39. Ordem nº 2267 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 7, de 1 de Abril de 1903.
40. Ordem nº 2369 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 20, de 17 de Outubro de 1903.
41. Ordem nº 2541 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 4, de 16 de Fevereiro de 1905.
42. Ordem nº 2669 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 2, de 16 de Janeiro de 1906.
43. Ordens nºs 2716 e 2717 publicadas no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 10, de 16 de Maio de 1906.
44. Ordem nº 2750 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 16, de 16 de Agosto de 1906.
45. Ordem nº 2758 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 17, de 1 de Setembro de 1906.
46. Ordem nº 2873 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 24, de 16 de Dezembro de 1907.
47. Ordem nº 2904 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 7 de 1 de Abril de 1908.
48. Ordens nºs 2919 e 2920 publicadas no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 11 de 1 de Junho de 1908.
49. Ordens nºs 2925 e 2926 publicadas no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 14 de 16 de Julho de 1908.
50. Ordens nºs 3112, 3113 e 3114 publicadas no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 18, de 16 de Setembro de 1910.
51. Ordem nº 3178 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 6, de 16 de Março de 1911.
59. Ordens nºs 3360 e Ordem nº 3361 publicadas no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 2, de 16 de Janeiro de 1913.
60. Ordem nº 3369 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 4, de 17 de Fevereiro de 1913.
61. Ordem nº 3401 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 7, de 1 de Abril de 1913.
62. Ordem nº 3415 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 11 de 2 de Junho de 1913
63. Ordem nº 3504 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 17, de 1 de Dezembro de 1914.
64. Ordem nº 3580 publicada no boletim do Governo

- do território da Companhia de Moçambique nº 11, de 1 de Junho de 1915.
65. Ordem nº 3607 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 21, de 1 de Novembro de 1915.
66. Ordem nº 3683 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 14, de 17 de Julho de 1916.
67. Ordem nº 4133 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique, suplemento ao “21”, de 13 de Novembro de 1920.
68. Ordem nº 4286 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 1, de 3 de Janeiro de 1922.
69. Ordem nº 4536 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 21, de 1 de Setembro de 1923.
70. Ordem nº 4575 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 5 de 1, de Março de 1924.
71. Ordem nº 4687 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 21, de 1 de Novembro de 1924.
72. Ordem nº 4809 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 10, de 16 de Maio de 1925.
73. Ordem nº 5070 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 11, de 1 de Junho de 1926.
74. Ordem nº 5111 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 17 de 1 de Setembro de 1926.
75. Ordem nº 5144 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique, 2º suplemento ao nº 18, de 25 de Setembro de 1926.
76. Ordem nº 5428 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 9, de 2 de Maio de 1927.
77. Ordem nº 5441 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 10, de 16 de Maio de 1927.
78. Ordem nº 5537 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 15, de 1 de Agosto de 1927.
79. Ordem nº 6607 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 7, de 1 de Abril de 1933.
80. Portaria nº 1925 publicada no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 9, de 1 de Maio de 1933.
81. Ordens nºs 6629 e 6630 publicadas no boletim do Governo do território da Companhia de Moçambique nº 10, de 16 de Maio de 1933.
-

ntese Síntes
Ano III Número 7
tese Síntese
se Síntese S
Síntese Sínt
Síntese Sínt
ntese Síntes